



MUNDO
ACADÊMICO

ISSN 1984-7564

MUNDO ACADÊMICO

Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – UNISAM
v. 1 n. 2 julho/Dezembro – 2009 - Semestral

Diretor Geral

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Coordenadora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão

Coordenadora Financeiro

Célia Maria Pertel

Coordenadores de Curso

Administração de Empresas/ Análise Desenvolvimento de Sistemas/Produção de Petróleo e Gás
Elen Karla Trés

Engenharia de Produção Mecânica

Allan Costa Jardim

Pedagogia

Charles Moreto

Serviço Social

Hingridy Fassarella Caliari

Bibliotecária

Fernanda Samora Dias Borges

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial

Allan Costa Jardim

Elen Karla Trés

Eliene Maria Gava Ferrão

Charles Moreto

Hingridy Fassarella Caliari

Tereza Barbosa Rocha

Nágila Rabelo Moraes

Endereço para correspondência

Rod. Othovarino Duarte, s/nº, Bairro Park Washington,

São Mateus-ES, CEP.: 29930-000

e-mail: fernandas@univen.edu.br

Capa

Maico Roncatto

M965 Mundo Acadêmico / Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – v.1, n.2,
2009 – São Mateus:UNISAM, 2009.

Semestral
ISSN 1984-7564

1. Pesquisa acadêmica – periódicos. 2. Gestão. 3. Exatas. I. Faculdade
Norte Capixaba de São Mateus

CDD 001.891
CDU: 001.891(05)

EDITORIAL

A revista científica Mundo acadêmico é uma iniciativa da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus que possibilita a divulgação de artigos e resumos de contribuições relevantes para a comunidade científica das diversas áreas de estudo que abrange a Instituição. Portanto, trata-se de um veículo de publicação acadêmica semestral, cujo público-alvo são professores e alunos de graduação e pós-graduação.

Diante disso, a Instituição almeja que a revista científica Mundo Acadêmico contribua para o fomento contínuo da prática da investigação, e promova o crescimento educacional.

MUNDO ACADÊMICO

SUMÁRIO

ARTIGOS

Sobre o uso da dedução lógica e da demonstração no ensino de matemática na engenharia.....	07
Allan Costa Jardim	
A governança corporativa e a contabilidade: uma discussão.....	16
Andressa Salvador Elen Karla Três Fernando Bom Costalonga	
Formação continuada para conselheiros/as escolares: uma estratégia de fortalecimento da gestão democrática da educação pública.....	24
Charles Moreto Tereza Buss	
Redes Colaborativas: uma abordagem sobre a inteligência coletiva das redes na educação.....	34
Danilo Motta	
Gerenciamento de resultados.....	49
Michela Cosme	

SOBRE O USO DA DEDUÇÃO LÓGICA E DA DEMONSTRAÇÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA NA ENGENHARIA

Allan Costa Jardim¹

RESUMO

O presente artigo aborda reflexões gerais a respeito do ensino de matemática no Brasil com foco na verdadeira ciência matemática e a importância das demonstrações na formação do espírito criativo humano, especialmente no que se refere à interpretação de fenômenos físicos presentes na natureza da atividade de Engenharia. A adoção de estratégias de ensino de disciplinas matemáticas com grande proporção de demonstrações contribui para o desenvolvimento do raciocínio lógico-dedutivo e posterior interesse pela pesquisa em Engenharia de alto-nível.

Palavras-Chave: Educação Matemática, Engenharia, Educação em Engenharia

ABSTRACT

This work discusses general reflections about the Mathematics Teaching in Brazil, focusing the real Mathematics Science and the importance of the Mathematical Proofs on the growing creative human mind, especially regarding the Physical phenomena interpretation that are present on the Engineering activities. The strategies of teaching mathematics with too many portions of mathematical proofs, contribute to the development of logical-deductive thinking and subsequent interest in researches in Engineering.

Keywords: Mathematics Education, Engineering, Engineering Education

1 INTRODUÇÃO

O estudo de qualquer ramo de uma ciência passa primeiramente por um profundo investigar acerca de suas generalidades. Muito embora o assunto “MATEMÁTICA” pareça senso comum a todos, o correto e amplo entendimento de seus conceitos e métodos deve(ria) passar obrigatoriamente por uma reflexão acerca de suas definições. Afinal, o que vem a ser Matemática?

Segundo Ubiratan D’Ambrosio (1964) o conceito de Matemática pode ser entendido como “*maneiras, técnicas, habilidades (tica) de explicar, de entender, de lidar e de conviver (matema) com a realidade*”.

Ao abrirmos os jornais diários, assistirmos ao noticiário político, econômico e até mesmo esportivo lá está ela: A Matemática. Eventualmente a Matemática é associada

¹ Licenciado Pleno em Matemática – UFES, Mestre em Engenharia Mecânica – UFES, Pós-Graduando em Didática do Ensino Superior – UNISAM. Coordenador e Professor do Curso Engenharia de Produção Mecânica da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

somente à análise de gráficos, dados estatísticos e econômicos, porém, a realidade é imensamente superior e bem mais ampla do que quaisquer gráficos podem relatar. E se a Matemática nos serve para entender, lidar e conviver com a realidade, ela deve ter relações também nas Ciências Humanas como a Filosofia, Sociologia e Psicologia.

A ciência moderna, que repousa em grande parte na matemática, nos dá instrumentais notáveis para um bom relacionamento com a natureza, mas também poderosos instrumentos de destruição, e, portanto a morte do indígena está diretamente relacionada à matemática” (D’AMBROSIO, UBIRATAN, 1964, p 56)

Não é de se estranhar, portanto, que grandes matemáticos antepassados também foram físicos, astrônomos, filósofos, artistas, médicos e biólogos. Pitágoras de Samus, Talles de Milleteo, Arquimedes de Siracusa, René Descartes, Aristóteles e Bhaskara figuram entre os mais importantes sob vários aspectos de sua obra.

Ora, o ser humano está sempre em busca de respostas. “De onde viemos?” “Para onde vamos?” São apenas alguns exemplos dos questionamentos que muito afligem o espírito humano. Assim sendo, a espécie humana desenvolveu com o passar das eras o Método: a maneira pela qual procuramos respostas às nossas perguntas. Convém então, visitar algumas concepções históricas importantes.

2 SOCIEDADES E MATEMÁTICA

Heródoto acreditava que a Geometria havia se originado graças à necessidade de novas medições de terra após cada cheia do rio Nilo. Já Aristóteles defendia a tese de que a mesma havia surgido do lazer sacerdotal. Independente da linha pela qual as coisas realmente foram se delineando, há nessas concepções a idéia da representação do mundo que cercava o homem antigo. E está aí o cerne da Matemática como ciência, ou, como diria ainda D’Ambrosio (1964, p. 23),

instrumentos de reflexão, de observação, instrumentos teóricos e, associados a esses, técnicas, habilidades para explicar, entender, conhecer, aprender, para saber e fazer como resposta a necessidades de sobrevivência e de transcendência..

Platão citado por Boyer (1974, p. 41) dizia que

a matemática é algo fundamental para tratar do confuso da mente (...) com ela pode-se organizar o pensamento e as idéias, propiciando a visão da verdadeira realidade que pode ser vista através da inteligência.

Ao observarmos a notável forma como a Ciência Moderna chegou ao ponto atual, percebe-se que o desenvolvimento da Matemática foi rigorosamente seguido por características comuns às definições dadas anteriormente. O uso do celular, do computador e de outros equipamentos, eletrônicos ou não, só se torna possível graças à engenhosidade e curiosidade humanas.

Os gregos adoravam a Matemática por si mesma e não se contentavam com a mesma unicamente na tentativa de solução de problemas práticos e imediatos. Os gregos são responsáveis ainda pelo método dedutivo, que reza que tudo o que for exposto deve ser provado seguindo certas regras lógicas. Não é de se espantar que as intensas relações entre arte e Matemática se devam aos gregos.

Os egípcios eram práticos em tudo o que faziam, se as cheias do rio Nilo inundavam e acabavam com os limites entre terras, os mecanismos para solução deste problema geométrico já se encontravam padronizados e não dificilmente tais questões eram solucionadas. Em cada parte do globo era possível encontrar diferentes formas de sentir o mundo, e, assim sendo, de interpretar e resolver os problemas do mesmo.

Os árabes ficaram famosos por divulgarem problemas e teorias algébricas e geométricas através de poemas desde o século VIII. Tal fato, além de demonstrar o prestígio da poesia á época serve de claro exemplo de utilização de importante ferramenta pedagógica. No Brasil um grande exemplo de utilização poética com fins pedagógicos é dado pelo professor Julio César de Mello e Souza (1895 - 1974) que escrevia livros de Matemática utilizando narrativas e poemas que se passam no oriente. Julio César assinava seus livros sob o pseudônimo de Malba Tahan e seu livro “O Homem que Calculava” é um campeão de edições desde seu lançamento em 1939.

Em seu clássico livro “A História da Matemática” (1974, p. 128), Carl Boyer escreve: “Uma das contribuições definitivas do século XIX foi o reconhecimento de que a Matemática não é uma ciência natural, mas uma criação intelectual do homem.”

Traduzindo tais considerações para a atualidade, nota-se que a sociedade passa por transformações ainda mais intensas e rápidas. Torna-se necessário fazer com que o ser humano possa empregar em suas análises de mundo, o raciocínio dedutivo amplamente utilizado em demonstrações matemáticas de qualquer espécie. É através do emprego do exercício da dedução que o “confuso da mente” torna-se mais visível e não menos belo.

Nota-se ainda que desde o início da escrita, cada etnia deu à atividade matemática um caráter especial, que não se pode deixar de notar. O que significa que dados diferentes padrões sociais e culturais, o ensino de matemática se dará de forma particular a cada etnia.

3 MEMÓRIA VERSUS RACIOCÍNIO LÓGICO?

É muito comum entre professores questionamentos acerca da natureza do Ensino de Matemática. Gilberto Garbi (2009) questiona a suposta polaridade existente entre demonstração (que incentiva o uso e o aprimoramento do raciocínio dedutivo) e memorização (que segundo Ricardo Avelar (2010) “não contribui em nada para fazer com que nossos estudantes entendam e, conseqüentemente, aprendam a gostar de matemática”).

Gilberto (2009, p. 15) afirma que “é falso o dilema entre *entender* ou *decorar* na Matemática. O aprendizado da Matemática se faz através da *compreensão e da memorização*.”

Tais questionamentos estão intimamente relacionados à maneira egípcia e grega de conceber a ciência Matemática. Há aqueles professores que defendem cegamente as demonstrações e o método dedutivo inaugurado por Talles de Millete (500 a.C.), ao passo que outros defendem veementemente a engenhosidade egípcia empregada, por exemplo, na construção das pirâmides de Gizé. O posicionamento defendido por Gilberto (2009) é o de que deve haver no ensino as duas características, afinal, ambas são extremamente importantes na formação matemática do cidadão.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) preconiza as Habilidades e Competências a serem Desenvolvidas em Matemática no Ensino Médio, entre elas lê-se:

- “Expressar-se com correção e clareza, tanto na língua materna, como na linguagem matemática, usando a terminologia correta.”
- “Selecionar estratégias de resolução de problemas.”
- “Interpretar e criticar resultados numa situação concreta.”
- “Distinguir e utilizar raciocínios dedutivos e indutivos.”

Percebe-se que tais habilidades incluem uso da memória, concentração e dedução lógica. Portanto, segundo o MEC, um bom ensino de Matemática em qualquer nível não deve deixar tais capacidades de lado.

Benjamim Bloom em sua Taxionomia dos Objetivos Educacionais citado por Moretto (2006, p. 98) classifica os diversos níveis de aprendizagem e lê-se: “*Os objetivos, na taxionomia de Bloom, visando a construção do conhecimento, são propostos em diferentes níveis de complexidade: (re)conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese, julgamento (avaliação).*”

Através dessa classificação pode-se notar que em verdade o aluno, de maneira geral, adquire o conhecimento matemático através do uso de reconhecimento de equações, compreensão dos significados envolvidos, aplicação à solução de um problema, análise de solução encontrada, síntese de conclusões e no último nível de complexidade, o aluno faz julgamento da situação e das possíveis variantes existentes no problema.

Constitui, portanto, um grave equívoco o privilégio das técnicas de memorização pura e simples de conteúdos ante ao exercício da imaginação, criatividade e análise matemática de fenômenos gerais. De maneira geral, nota-se uma despreocupação com a utilização de demonstrações no Ensino Fundamental.

Se for feita uma análise minimamente responsável, notar-se-á que a dedução da fórmula resolutiva da equação de 2º grau realizada por estudantes no Ensino Fundamental não exige raciocínio tão profundo quanto à dedução da Equação da Onda para fenômenos físicos, relacionados à Ondulatória com estudantes de Engenharia. De forma geral as demonstrações Matemáticas são providas unicamente de três fatores: Premissas (Hipóteses), uso de regras lógicas e Conclusão (tese) para o acompanhamento das

mesmas basta que o expectador esteja familiarizado com as Hipóteses do que quer se provar bem como dos procedimentos lógicos a seguir. Como exemplo, observa-se abaixo a dedução da Fórmula Resolutiva de Bhaskara para solução de Equações de 2º Grau, que se encontra em muitos livros texto de Ensino Fundamental.

Quer se mostrar que: Dada uma equação de 2º grau $ax^2 + bx + c = 0$ os valores de x que a satisfazem são dados por: $x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$.

Hipóteses: a equação dada é do tipo $ax^2 + bx + c = 0$ com $a \neq 0$;

Demonstração:

Multiplique os dois membros da equação por $4a$

$$4a(ax^2 + bx + c) = 4a \cdot 0$$

$$4a^2x^2 + 4abx + 4ac = 0$$

Subtraia $4ac$ nos dois membros da equação acima:

$$4a^2x^2 + 4abx + 4ac - 4ac = 0 - 4ac$$

$$4a^2x^2 + 4abx = -4ac$$

Adicione b^2 aos dois membros da equação:

$$4a^2x^2 + 4abx + b^2 = +b^2 - 4ac$$

Observe que o primeiro membro da equação acima é um trinômio quadrado perfeito, pois

$$(2ax + b)^2 = 4a^2x^2 + 4abx + b^2;$$

Logo, a escrita pode ser:

$$(2ax + b)^2 = b^2 - 4ac$$

Que ao extrair-se a raiz quadrada em ambos os membros fica:

$$2ax + b = \pm \sqrt{b^2 - 4ac}$$

Que subtraindo b em ambos os membros da equação e dividindo toda a equação por $2a$ segue:

$$2ax + b - b = -b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}$$

$$2ax = -b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}$$

$$\frac{2ax}{2a} = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

Que é a fórmula que se queria demonstrar.

Tanto alunos dedicados de Ensino Fundamental são capazes de entender e acompanhar os passos da dedução da famosa Fórmula de Bháskara, quanto futuros engenheiros são

capazes de discorrer sobre os passos da dedução da Equação da Onda. O que se espera é que com a exploração contínua de todos os níveis de complexidade descritos por Bloom, o prazer no aprendizado de Matemática faça com que futuros Engenheiros detenham maior poder de resolução de problemas, afinal, boa parte dos problemas do mundo físico real precisam ser descritos em formulação matemática/numérica para serem resolvidos de forma satisfatória.

4 PAPEL DA MATEMÁTICA EM CURSOS DE ENGENHARIA

A Engenharia seja ela da natureza que for utiliza-se cedo ou tarde da Matemática para deduzir ou expressar seus resultados encontrados. De forma sucinta Jardim (2003) descreve a atividade de Engenharia através do diagrama abaixo:



Diagrama 1.1: Etapas da Modelagem Matemática de um Problema Físico

Inicialmente tem-se o Objeto Natural (problema real) ou o problema a ser resolvido pelo Engenheiro. A seguir é feito um Modelo Físico para o problema, convém ressaltar que vários modelos físicos servem para representar o mesmo fenômeno natural. Essa escolha inicial já envolve capacidade de abstração e dedução. Através do modelo físico existe uma escolha por um Modelo Matemático, caracterizado por equações e sistemas, ou ainda, um Modelo Experimental, caracterizado por experimentos ou construção de protótipos para estudo do problema físico inicial. Caso haja a escolha por um Modelo Matemático para estudo do problema, as habilidades Matemáticas se tornam imprescindíveis, sejam para resolver as equações analiticamente ou numericamente através de Soluções Aproximadas.

É impossível conceber tal prática sem o uso do raciocínio lógico-dedutivo e da análise matemática que deve ser incentivada desde o ensino básico.

Dias (2009, p. 04), relata que numa fictícia comparação entre três países (Básia, Mediânia e Dífria) com conhecimentos matemáticos de diferentes níveis associados a

conteúdos de Engenharia, num país cujo conhecimento Matemático é apenas básico (Básia)

A disciplina Hidráulica Geral é uma versão simplificada de mecânica dos fluidos, em que os alunos aprendem a aplicar, basicamente, três equações:

$$p = \rho gh \quad (10)$$

$$v_1 A_1 = v_2 A_2 \quad (11)$$

$$\frac{v^2}{2g} + \frac{p}{\rho g} = z \text{ constante} \quad (12)$$

Ao passo que num suposto país (Dífria) com conhecimentos avançados de Equações Diferenciais poder-se-ia afirmar que:

“Em mecânica dos fluidos, é possível ensinar linhas de emissão, linhas de corrente, trajetórias, equação da continuidade para um escoamento incompressível:

$$\frac{\partial u}{\partial x} + \frac{\partial u}{\partial x} + \frac{\partial u}{\partial x} = 0 \quad (17)$$

a Equação de Laplace para escoamentos potenciais:

$$\nabla^2 \phi = 0 \quad (18)$$

a dedução das Equações de Navier-Stokes, e muito mais.”

Sobre o uso de tais ferramentas na efetivação de projetos de tecnologia o autor afirma ainda:

“Todos podem ser engenheiros e, em retrospectiva, não há nada que ligue absolutamente o conhecimento de ciência à formação de um engenheiro. Ele sempre poderá receber a informação de segunda mão, na forma confortável de uma tabela, um programa de computador, ou de um contrato de transferência de tecnologia. O esquema vai funcionar tão bem como se o engenheiro realmente conhecesse toda a teoria: seu projeto será bem-sucedido, independentemente de seu conhecimento de matemática. Infelizmente, existem alguns projetos que os engenheiros básicos e médios simplesmente não são capazes de fazer...”

De forma geral, a formação matemática densa nos cursos de Engenharia, além de trazer os benefícios que nortearão a atividade do Engenheiro no que se refere à solução de suas situações-problema, a utilização do raciocínio lógico de forma prolongada e contínua, bem como a grande variedade de problemas a resolver torna o profissional com tal bagagem cultural uma referência no trato com números em qualquer situação. Não é nenhuma novidade o fato de Engenheiros estarem ocupando cada vez mais posições de destaque em grandes companhias de vários ramos de atividade. É bastante comum atualmente Engenheiros ocuparem cargos de alto escalão em instituições financeiras, especialmente pela capacidade de lidar com modelos e propor soluções passíveis de demonstração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão a respeito da Educação e especialmente em Engenharia remonta às comunidades primitivas, onde, para manter a sobrevivência da mesma, os pais ensinavam aos descendentes as técnicas de caça e agricultura. Hoje, nota-se grande semelhança com o tempo das cavernas. A selva ficou talvez ainda mais dinâmica e as transformações sociais exigem constante aperfeiçoamento. Motta (2009, p. 42) relata que “(...) a mente das pessoas está congestionada. Em média, cada americano (EUA) é bombardeado todos os dias por 3.000 mensagens de vendas.”

É preciso ser cada vez mais autossuficiente no que se refere à informação e os educandos estão passando por esta fase, tornando ainda maiores os desafios dos educadores. É preciso nesse turbilhão de informações e interesses, motivar os alunos, tornar-se referência de comportamento e conduta, bem como discutir a própria profissão e suas peculiaridades.

Entende-se que o tema apresentado carece de ampla discussão entre pedagogos, professores de Matemática, alunos e comunidade científica. Afinal, muitas são as questões a investigar. A quem estamos educando Matematicamente? Que tipo de profissional de Engenharia ou de qualquer outra área se quer inserir no mercado de trabalho? O que o tão sensível mercado de trabalho espera dos profissionais nele inseridos?

Poder-se-ia indagar ainda os aspectos didáticos envolvidos nas diferentes metodologias, o uso da Etnomatemática, ou ainda, até que ponto os jogos Matemáticos se tornam eficazes. São muitos os pontos a explorar e todos eles com vasta bibliografia para pesquisa.

O assunto é de grande interesse, pois é notável que o caráter rigoroso, e por isso belo, da Matemática vem sendo negligenciado em favor do imediatismo de tabelas, calculadoras e programas de computador. Não se quer dizer que se devem jogar tabelas e calculadoras no lixo, elas são importantes sim, porém, torna-se necessário conhecimento bem maior do que aquela utilização simples de Matemática com a intenção de obter respostas imediatas e precisas para problemas corriqueiros.

Finalmente, é possível que Matemática esteja presente em literatura infantil como em Alice no País das Maravilhas? A resposta é SIM. Observe a construção do argumento lógico nesse diálogo entre Alice e o Gato de Cheshire:

“Você poderia me dizer, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui?”

“Isto depende bastante de onde você quer chegar (...).”

“Eu não me importo muito com isso (...).”

“Então não importa muito que caminho você irá tomar.”

(Lewis Carol - Alice no País das Maravilhas (1903))

REFERÊNCIAS

1. BOYER, Carl Benjamin. **História da Matemática**, Tradução: Elza F. Gomide, Edgard Blucher. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.
2. CARROL, Lewis, **Alice no País das Maravilhas**. Tradução: Ana Maria Machado. 3. ed. São Paulo: Ática, 2009.
3. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática da teoria à prática**, Editora Papyrus, Coleção Perspectivas em Educação Matemática, Campinas, SP, 1964.
4. DIAS, Nelson Luís. Básia, Mediânia e Dífria: Uma utopia do ensino em Matemática de Engenharia. **Revista do Ensino em Engenharia – ABENGE**, v.28 p. 55-64 – 2009
5. GARBI, Gilberto. Decorar é preciso. Demonstrar também é. **Revista do Professor de Matemática**, n. 68, Rio de Janeiro, 2009.
6. JARDIM, Allan Costa. **Estratégias para melhoria da completude da sequência de funções de interpolação empregadas na formulação quase-dual do Método dos Elementos de Contorno**, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica – UFES, Vitória – ES, 2006.
7. KARAM, Ricardo Avelar Sotomayor. Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá. **Revista do Professor de Matemática**, n. 71, 2010.
8. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**, Brasília.
9. MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
10. MOTTA, Danilo. A fragmentação das mídias e a economia da atenção. São Mateus: **Revista Mundo Acadêmico**, v.1 n.1 p.40-46, 2009

A GOVERNANÇA CORPORATIVA E A CONTABILIDADE: uma discussão

Andressa Salvador²
Elen Karla Trés³
Fernando Bom Costalonga⁴

RESUMO

A governança corporativa, a partir de 2002 passou a ter espaço privilegiado nas discussões sobre ferramentas gerenciais de controle, a fim de mitigar a assimetria de informação e o custo de agência e de transação. Sendo assim, o trabalho objetiva fazer uma exploração inicial sobre o tema para conhecer melhor o assunto e entender a importância da governança corporativa nas organizações e sua correlação com a informação contábil. Para tanto, aborda-se no trabalho conceitos e objetivos da governança corporativa, bem como a correlação da governança e sua estrutura com a qualidade da informação contábil. Por fim, são mostradas evidências empíricas acerca da governança a nível mundial e do Brasil.

Palavras-Chave: Governança Corporativa; Informação Contábil; sistemas de controle.

ABSTRACT

Corporate governance, from 2002 now has a privileged space in discussing the control management tools to mitigate the information asymmetry and cost of agency and transaction. Thus, the work aims to make an initial exploration on the topic to better understand the subject and understand the importance of corporate governance in organizations and its correlation with the accounting information. So it focuses on the work concepts and objectives of corporate governance, as well as the correlation structure of governance and the quality of accounting information. Finally, are shown empirical evidence about global governance and about Brazil.

Keywords: Corporate Governance, Accounting Information, control systems.

² Formada em Administração de Empresas, especialista em Gestão Empresarial e Didática no Enisno Superior pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN e mestranda em Administração Estratégica pela FUCAPE BUSINESS SCHOOL. Coordenadora do curso de Administração de Empresas e do Curso Tecnológico de Petróleo e Gás Natural da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

³ Formada em Administração de Empresas, especialista em Gestão Empresarial e Didática no Enisno Superior pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN e mestranda em Administração Estratégica pela FUCAPE BUSINESS SCHOOL. Coordenadora de Curso da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁴ Formado em Ciências Contábeis pela Faculdade Castelo Branco, especialista em MBA Gestão Empresarial pelo Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC, especialista em Didática no Ensino Superior pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia e mestrando em Administração Estratégica pela FUCAPE BUSINESS SCHOOL. Coordenador Administrativo-Financeiro da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

1.1 CONCEITO

A Governança Corporativa surge, na teoria econômica tradicional, no momento em que o titular da propriedade delega o poder de decisão sobre sua propriedade a um agente. Esse ato proporciona os chamados conflitos de agências que acontecem quando os interesses daquele que administra a propriedade são diferentes dos de seu titular. Por isso, para que sejam minimizados os conflitos existentes entre proprietário e seu agente é necessário que tenha uma boa Governança Corporativa. Mas o que é Governança Corporativa?

Em alguns de seus conceitos, pode-se definir governança corporativa como: “todos os sistemas de controle, tanto financeiros como outros, pelos quais uma firma é dirigida e controlada” (CADBURY, apud CARDOSO, 2004, p.13).

Um conjunto de relações entre o conselho de administradores de uma firma, seus acionistas e demais interessados, promovendo a estrutura pela qual os objetivos da firma são estabelecidos, os meios para alcançá-los e os critérios de mensuração da performance são determinados (OECD, apud CARDOSO, 2004, p.13).

“Os caminhos pelos quais fornecedores de recursos financeiros das empresas asseguram de que terão retornos de seus investimentos” (SHLEIFER e VISHNY, apud CARDOSO, 2004, p.13).

“Um conjunto de restrições que os administradores aplicam sobre si próprios ou que os investidores aplicam sobre os administradores, de forma a reduzir a má alocação de recursos ex-post e motivar os investidores a investirem mais recursos ex-ante” (SHLEIFER; VISHNY, apud OKIMURA, 2003, p. 16).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG) define Governança Corporativa como:

O sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Pode-se perceber a partir dos conceitos abordados, que a governança corporativa refere-se aos mecanismos utilizados por seus proprietários, para assegurar que os objetivos econômicos da empresa sejam atingidos por seus administradores, minimizando o risco existente do abuso de poder e a expropriação da riqueza dos acionistas por parte dos executivos.

1.2 OBJETIVO

Segundo Silveira (2004, p. 35), a governança corporativa é utilizada nas organizações como mecanismo de defesa aos diversos registros de expropriação da riqueza dos acionistas, tanto por parte dos gestores no caso de empresas com estrutura de propriedade pulverizada, quanto dos acionistas minoritários por acionistas controladores, no caso de empresas com estrutura de propriedade concentrada.

Baseado nesse pressuposto, para entender governança corporativa, torna-se fundamental explicitar o problema da agência nas organizações e os mecanismos empregados para minimização desses.

Na teoria de agência, pode-se observar que os investidores institucionais têm por incentivo criar assimetria informacional, reduzindo as transparências para os quotistas, com o objetivo de aproveitar de modo oportuno das informações privilegiadas e gerenciar os resultados.

A assimetria de informação está ligada às informações relevantes a que uma das partes não possui acesso. Se uma das partes conhece algo que a outra não, essa parte pode distorcer ou interpretar mal essa informação.

Assim, dentro das organizações, gerentes e trabalhadores tomam muitas decisões que contribuem para o resultado financeiro da empresa, porém também podem agir de forma particular e diferente dos interesses da mesma, visando o oportunismo da situação.

Para minimizar os conflitos de interesses, as organizações utilizam os contratos. Um contrato completo elimina o comportamento oportunista. Porém, de acordo com Besanko (2006 p. 137), não é possível existir um contrato completo, devido a racionalidade limitada, dificuldades em especificar ou mensurar o desempenho e por existir informação assimétrica, fatores esses revelados por Hart (apud SILVEIRA, 2004), como condições básicas para que as questões de governança corporativa sejam aplicadas nas organizações.

Em resumo, a governança acaba sendo um meio de reduzir a assimetria informacional que gera o conflito de interesse entre o agente e o principal, dando maior segurança para seus usuários.

1.3 RELAÇÃO DA CONTABILIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com Lopes e Martins (2005, p. 9), o mercado financeiro é um dos maiores usuários da informação contábil.

A contabilidade funciona como um mecanismo de redução de assimetria de informação e de conflitos, de forma que modelos contábeis, que não apresentam tanta veracidade, fazem com que empresas adotem outros mecanismos de governança corporativa para controlar ações dos administradores.

Sloan (2001) revela em seu artigo que o estudo da governança corporativa está relacionado a entender os mecanismos que evoluíram para mitigar problemas de incentivo, criados pela separação da administração e financiamento de entidades empresariais. A contabilidade financeira proporciona, independentemente, para os investidores a fonte primária de informação verificada sobre o desempenho de gerentes. Assim, está claro que são unidas governança corporativa e contabilidade financeira inexoravelmente. Realmente, muitas das características centrais de contabilidade financeira, como o uso de custos históricos, o critério de confiança, o princípio de realização e o princípio de conservadorismo tornam-se difíceis entender a menos que a pessoa adote uma perspectiva de governança corporativa.

Uma contabilidade que atenda aos padrões do mercado financeiro é forte aliada ao sistema de governança corporativa, por apresentar balanços e demonstrações contábeis confiáveis que expressam com maior veracidade as informações aos usuários.

Sem problemas de governança, o papel da contabilidade financeira seria reduzido a proporcionar para os investidores apenas o risco e retorno dos investimentos.

Também é possível perceber a importância da contabilidade gerencial como mecanismo de governança, que de acordo com Pereira e Vilaschi (2007) reduzem o impacto dos conflitos de agência.

Iudicibus e Lopes (2004) apresentam um paralelo entre o papel da contabilidade financeira e gerencial para a governança corporativa. Para os autores, dentre os mecanismos utilizados pela contabilidade financeira e gerencial para que as empresas obtenham uma boa governança destacam-se:

- Contabilidade Financeira: Mensurar as contribuições dos agentes; mensurar os direitos sobre o resultado; informar a adimplência contratual; distribuir informação para gerar liquidez; e informar para diminuir custos de negociação dos contratos.
- Contabilidade Gerencial: responder ao comprometimento dos acionistas; salvaguardar o interesse residual do acionista; regular a transferência de direitos para títulos em mercados financeiros; e suportar a escolha de administradores e auditores.

Os autores Hendriksen e Breda (1999, p. 143) abordam sobre a relação existente entre a contabilidade e governança corporativa como pode-se averiguar:

A contabilidade surge, dentro dessa visão teórica (teoria da agência) para contribuir com os mecanismos de governança, reduzindo o impacto dos conflitos de agência. Os mecanismos de controle gerencial, por exemplo, contribuem para que a empresa formada por pessoas com interesses diversos possa obter sucesso através da coordenação desses diversos interesses [...].

Dessa forma, verifica-se a importância da qualidade dos modelos contábeis nos mecanismos de gestão e controle das empresas.

1.4 MUDANÇA NA ESTRUTURA DA GOVERNANÇA E O IMPACTO NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade e a governança atuam de forma complementar no fornecimento de informações verídicas aos usuários.

Segundo Bushman e Smith (apud LOPES; MARTINS, 2005, p. 45) o papel da informação contábil nos mecanismos de governança se dá pela utilização de informações contábeis preparadas para usuários externos em mecanismos de controles que promovem a governança eficiente das corporações.

Porém, de acordo com Cardoso (2004, p. 18) a opção pela transparência na informação contábil (governança corporativa) em detrimento ao oportunismo (gerenciamento de resultados) ocorre mediante a atuação independente do conselho administrativo e seus incentivos.

No Brasil, de acordo com a pesquisa de Silveira (2002), a estrutura de governança corporativa das empresas de capital aberto possui o seguinte perfil: o conselho de administração é composto em média por 6,7 membros, desses 81,8% são membros externos e independentes às organizações e apenas 18,2% são membros internos. Porém, essa alta proporção de conselheiros externos não necessariamente significa independência, pois esse pode sofrer influência pelo acionista majoritário, que por sua vez pode indicar o membro da comissão para fazer parte do conselho, trabalhando assim sobre seus interesses. Dessa forma, a informação contábil poderá sofrer com o gerenciamento de resultados, afetando a qualidade e a transparência da sua informação ao usuário externo.

Por fim, é importante mencionar ainda que, no Brasil cerca de 40% das companhias abertas os cargos de diretor executivo e presidente do conselho são ocupados pela mesma pessoa, o que contraria a recomendação dos códigos de governança. Silveira (2002) conclui que a presença desse fato pode aumentar o potencial de expropriação dos acionistas minoritários.

Portanto, mediante evidências empíricas mencionadas acima, entende-se que mudanças na estrutura da governança de modo que o controle seja mais rigoroso e independente atrelando as informações entre o principal e o agente refletirá positivamente na qualidade das informações contábeis.

1.5 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Assim como em outros setores, a governança corporativa também sofre influência de acordo com o meio institucional ao qual está inserida. O modelo do mercado de capital é estruturado de acordo com cada país, modificando assim os moldes de governança corporativa das suas empresas.

Atualmente, governança corporativa é o principal foco da alta gestão no mundo. Silveira (2004) em sua tese de doutorado explica que essa ênfase no assunto se deu a partir de

2002 devido a grandes escândalos de empresas norte-americanas como o caso da Eron, Xerox entre outras. O autor também aborda problemas financeiros nas organizações ocorridas na Europa ocidental no mesmo período, citando entre outros, o caso da Parmalat.

De acordo com Shleifer e Vishny (apud SILVEIRA, 2004), países com um forte mercado econômico têm apresentando um sistema de governança corporativa razoável, garantindo fluxos de recursos para as empresas e retorno aos fornecedores, mas isso não significa que esses países como EUA, de economias desenvolvidas, resolveram o problema da governança corporativa de forma satisfatória.

No Brasil, pesquisas realizadas pelo IBGC (2001) e pela Mckinsey e Company e Korn Ferry Internacional (2001), apontaram as seguintes características do modelo de governança corporativa:

- forte concentração das ações com direito a voto e alto índice de emissão de ações sem direito a voto;
- controle familiar ou dividido com alguns investidores alinhados por meio de acordo de acionistas para resolução das questões relevantes;
- acionistas minoritários pouco ativos;
- alta sobreposição entre propriedade e gestão, com os membros do conselho representando os interesses dos acionistas controladores;
- pouca clareza na divisão dos papéis entre conselho e diretoria, principalmente nas empresas familiares;
- escassez de conselheiros profissionais no Conselho de Administração;
- remuneração dos conselheiros como fator pouco relevante;
- estrutura informal do Conselho de Administração, com ausência de comitês para tratamento de questões específicas, como auditoria ou sucessão.

Segundo Silveira (2004) existem algumas diferenças básicas entre o problema de governança norte-americana e o problema brasileiro. Enquanto nas companhias abertas norte-americanas o controle é difuso com um número grande de acionistas e separação clara entre propriedade e controle, no Brasil as companhias abertas possuem uma estrutura de propriedade bastante concentrada, com a presença de um acionista controlador que atua como gestor.

Um dos motivos da alta concentração de controle nas empresas brasileiras, foi o incentivo para abertura de capital das companhias, que trouxe ao mercado de ações empresas que eram privadas e controladas por poucos indivíduos. Outro fator relevante é o alto índice de emissão de ações sem direito a voto, o que permite que os acionistas majoritários mantenham o controle com uma participação menor do que seria necessário se todas as ações possuíssem igual poder de voto.

Portanto, como mecanismo de alinhamento de incentivo dos acionistas e executivos, nas companhias norte-americanas são utilizados o conselho de administração independente, bem como um mercado de aquisições hostis ativo, enquanto no Brasil torna-se necessário um aumento da proteção ao investidor garantindo a participação no conselho de administração ou a adesão de mecanismos como câmaras de arbitragem.

Além do conselho de administração e da estrutura de propriedade abordados acima como mecanismos internos da governança corporativa, Okimura (2003) acrescenta também as Políticas de remuneração e a estrutura de financiamento.

Silveira (2004) cita que além dos mecanismos internos, importantes iniciativas institucionais e governamentais também têm contribuído para o aprimoramento das práticas de governança nas empresas brasileiras, como:

- aprovação da nova Lei das S/As
- criação dos códigos de governança corporativa do IBGC e da CVM;
- criação dos níveis diferenciados de governança corporativa da BOVESPA;
- novas regras pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para definição dos limites de aplicação dos recursos dos fundos de pensão;
- adoção de prática de boa governança corporativa como requisito preferencial para concessão de financiamento pelo BNDES;

Todas essas iniciativas têm como objetivo promover maior proteção aos acionistas ordinários, minoritários e preferencialistas.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o crescimento do mercado de capitais, houve maior preocupação por parte das organizações em mostrar confiabilidade aos seus investidores. Teoricamente empresas com uma boa estrutura de governança corporativa obtêm melhores resultados, além do preço de suas ações ser mais bem avaliado. Para isso criam-se diversas formas de mecanismos internos que minimizam o risco de abuso de poder e da expropriação da riqueza dos acionistas por parte dos executivos.

Destacam-se como mecanismos internos de governança corporativa o conselho de administração, a estrutura de propriedade, políticas de remuneração, estrutura de financiamento e a contabilidade.

Os estudos teóricos sobre a utilização da contabilidade como mecanismo de governança corporativa surgem dentro da teoria da agência, com o objetivo de fornecer evidências que a informação, contida em relatórios contábeis, minimizem os conflitos de interesses entre o principal (proprietários/acionistas) e o agente (administradores) através de um adequado conteúdo para a tomada de decisão, tanto pelos executivos quanto pelos fornecedores de capital. Mas, os acionistas devem tomar cuidado com a forma de se utilizar a contabilidade para que esta não venha a tornar-se uma fomentadora dos conflitos de interesses.

O modelo do mercado de capital é estruturado de acordo com cada país, modificando assim os moldes de governança corporativa das suas empresas. Foi possível afirmar no trabalho que países com uma forte estrutura de mercado possuem um razoável sistema de governança. Porém, isso não significa que eles conseguiram desenvolver todos os problemas decorrentes dos conflitos de interesses.

Vale mencionar que existem algumas diferenças básicas entre o problema de governança norte-americana e o problema brasileiro. Enquanto nas companhias abertas norte-americanas o controle é difuso com um número grande de acionistas e separação clara entre propriedade e controle, no Brasil as companhias abertas possuem uma estrutura de propriedade bastante concentrada, com a presença de um acionista controlador que atua como gestor.

REFERÊNCIAS

1. BESANKO, David. **A economia da estratégia**. 3 ed. Bookman, 2006. Porto Alegre.
2. CARDOSO, Ricardo Lopes. Governança Corporativa ou Gerenciamento de Resultados? **Revista Brasileira de Contabilidade**. Revista Editada pelo Conselho Federal de Contabilidade. Ano XXXIII N. 150. Novembro/Dezembro 2004.
3. HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
4. INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/ibConteudo.asp?IDArea=2> Acesso em 4 de set. de 2007.
5. LOPES, Alexandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.
6. OKIMURA, Rodrigo Talashi. **Estrutura de propriedade, governança corporativa, valor desempenho das empresas no Brasil**. 2003. São Paulo. discussion. Journal Of Accounting & Economics, 2001.
7. PEREIRA, Antonio N.; VILASCHI, Augusto. **Governança Corporativa e Contabilidade: Explorando Noções e Conexões**. Disponível em: <<http://www.fucape.br/simposio/4/artigos/antonioI.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2007.
8. SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa, desempenho e valor na empresa no Brasil**. Tese (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.
9. _____. **Governança Corporativa e Estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.
10. SLOAN, Richard G. Financial accounting and corporate governance: a discussion. **Journal of Accounting and Economics**. USA, n. 32. p. 335-347. January, 2001.

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA CONSELHEIROS/AS
ESCOLARES:**
uma estratégia de fortalecimento da gestão democrática da educação
pública

Charles Moreto⁵
Tereza Buss⁶

RESUMO

Discute sobre o papel e a importância dos Conselhos Escolares como espaços privilegiados de discussão que contribuem para o engendramento de uma escola autônoma, por meio da participação dos diferentes sujeitos e segmentos no referido Colegiado. Apresenta os Conselhos como uma criação sócio-histórica que sempre esteve presente, ora mais ora menos, nas sociedades humanas. Ressalta algumas dificuldades enfrentadas pelos Conselhos Escolares no desenvolvimento de suas funções e na atuação segura de seus membros, entre as quais destacamos a falta de formação dos conselheiros para o exercício das funções que lhes competem. Propõe a formação continuada dos conselheiros escolares como forma de potencializar a atuação dos mesmos no Conselho e deste na Escola, tornando-se efetivamente um Conselho autônomo, deliberativo e normativo, e não apenas consultivo e referendador de decisões já tomadas.

Palavras-Chave: Gestão democrática da educação. Conselhos Escolares. Formação continuada.

ABSTRACT

This article discusses the role and importance of School Council as a privileged space for discussion that contribute to the construction of an autonomous school, through the participation of different individuals and segments in this Council. It presents the Councils as a socio-historical creation that has always been there, sometimes more sometimes less, in human societies. It highlights some difficulties faced by the School Council in the development of their functions and the confident performance of its members, among which ones we highlight the lack of training of counselors to the duties which they compete. This article also proposes the school counselors continuous formation as a way to boost the performance of those ones in the Council and at school too, effectively becoming an independent Council, deliberative and normative, not only consultative referendums on decisions already taken.

Keywords: Democratic Management of education. School Council. Continuous formation.

⁵ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenador e professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁶ Psicopedagoga e Especialista em Didática no Ensino Superior da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

1 INTRODUÇÃO

A organização e a gestão das escolas e da educação exige uma sólida estrutura para o processo de melhoria e desenvolvimento do ensino. A gestão é um instrumento, uma ferramenta a serviço da melhoria da qualidade do ensino. Mas por que é necessário democratizar a gestão da educação pública? Poderíamos responder afirmando que é porque a educação pública é a educação de todos/as, para todos/as.

A ideia de uma educação pública está solidificada na garantia da sua universalidade, ou seja, em uma educação que atinja todos/as e de forma obrigatória, pelo menos, durante um período da vida, uma vez que o direito de se educar corresponde o dever social de frequentar a escola. Se a educação é obrigatória, ela deve ser gratuita. Esses princípios estão associados às origens da educação pública e são eles que nos exigem a democratização mais ampla possível da gestão educacional, pois a universalização, a obrigatoriedade, a gratuidade e laicidade, enquanto eixos de organização da *res* pública (coisa pública) na educação somente podem ser garantidos através do método e do princípio democráticos.

A gestão da educação traz outro aspecto que deve ser explorado e que diz respeito às relações de poder no cotidiano do trabalho educativo, envolvendo os diversos sujeitos: alunos, professores, diretores, pedagogos, funcionários, familiares de alunos, administradores do sistema de ensino, lideranças políticas da comunidade/cidade. São os Conselhos.

Os Conselhos são arranjos institucionais inéditos, uma conquista da sociedade para imprimir níveis crescentes de democratização na gestão escolar. São espaços públicos com força para atuar nas políticas para acompanhamento e avaliação dos resultados previstos. São canais importantes de participação de pais e comunidade com espaços coletivos, bem como a existência de canais e veículos de informações integrados entre família, comunidade e escola. Em decorrência, é possível observar que esse processo propiciou, para muitos conselhos escolares, acúmulo de conhecimentos e experiências para que se consolidasse a participação das famílias. É nesse contexto que se impõe a tarefa de discutir novos mecanismos de articulações e formas de intervenção no planejamento e na gestão escolar.

Nesse sentido, nosso objetivo com o presente ensaio é o de problematizar o papel e a atuação dos conselheiros que compõem os Conselhos Escolares (ou Conselhos de Escola), discutindo a necessidade de formação continuada para os mesmos, como forma de potencialização de sua atuação individualmente no Colegiado e deste como um todo, junto à escola.

2 CONSELHOS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Em termos gerais, a origem e a natureza dos conselhos é muito diversificada. Isso se explica, pois as instituições sociais, de modo geral, são o resultado de um longo processo de construção histórica.

Nesse sentido, os registros históricos apontam que há aproximadamente três mil anos, entre os povos hebreus, nos clãs visigodos e nas cidades-Estado grego-romanas, havia a existência de conselhos como formas primitivas de gestão dos grupos sociais. Podemos mesmo afirmar que os conselhos precederam a organização do Estado e são os originários dos atuais poderes Legislativo e Judiciário (BORDIGNON, 2004).

Com relação ao Brasil, até a década de 1980, predominaram os conselhos de notáveis, onde o critério para a escolha era o “notório saber”. O saber popular, aqui, não oferecia utilidade à gestão da “coisa pública”, uma vez que esta pertencia aos “donos do poder” servidos pelos “donos do saber”. Esses conselhos tinham caráter governamental, sendo de âmbito estadual e nacional. Destacam-se as áreas de educação, saúde, cultura e assistência social. Conforme Bordignon (2004, p. 16),

embora tendo como atribuições assessorar o governo na formulação de políticas públicas, esses conselhos se assumiam como de caráter técnico especializado, e sua atuação se concentrava nas questões de normatização e do credencialismo dos respectivos sistemas.

Contudo, a partir da década de 1980, os movimentos associativos populares passaram a reclamar participação mais efetiva na gestão pública. Essa discussão foi inserida nos debates da Constituinte o que acabou gerando, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil.

Esses conselhos têm um caráter nitidamente de ação política e aliam o saber letrado com o saber popular, por meio da representação das categorias sociais de base. São muitas as formas de organização e as funções atribuídas a esses conselhos, mas sua origem radica sempre no desejo de participação na formulação e na gestão das políticas públicas (BORDIGNON, 2004, p. 17).

Em se tratando da legislação atual, encontramos referências sobre a participação democrática de toda a sociedade na promoção da educação nos Artigos 205 e 206, inciso VI da Constituição Federal de 1988, bem como nos Artigos 3º, inciso VIII, Art. 12, inciso VI e principalmente, Art. 14, inciso II, que define “a participação das comunidades, escolar e local, em conselhos escolares ou equivalentes”, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96.

Nesse sentido, no processo de gestão democrática da coisa pública, os conselhos de educação, quer nacional, estaduais, municipais e escolares, assumem uma nova institucionalidade. São espaços privilegiados de interface entre o Estado e a sociedade, pois são tribunas onde podem se fazer ouvir as vozes plurais da sociedade.

No entanto, a criação dos Conselhos de Escola por si só, representa apenas uma parte do processo de democratização da educação, da educação para a cidadania e da participação do processo de tomada de decisão. Conforme Gadotti (2001, p. 49),

a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. A educação para a cidadania dá-se na participação no processo de tomada de decisão. A criação dos conselhos de escola representa uma parte desse processo. Mas eles fracassam se forem instituídos como uma medida isolada e burocrática.

Também os Conselhos de Escola, com a participação de pais, professores, alunos, membros da comunidade, funcionários não-docentes, é o órgão maior de uma escola autônoma e deve deliberar sobre a organização do trabalho na escola, sobre o funcionamento e, inclusive, sobre a escolha da direção da instituição (GADOTTI, 2001). Mas, sua criação pura e simples não basta. É necessária a apropriação, a tomada de posse desse espaço, por parte dos diversos segmentos e sujeitos sociais (sejam eles indivíduos ou instituições), para a construção de um projeto de escola e de educação voltado aos interesses da comunidade que dela se serve (CISESKI; ROMÃO, 1997).

3 CONSELHOS DE ESCOLA: COLETIVOS EM FAVOR DO ENGENDRAMENTO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA E CIDADÃ

O Conselho de Escola tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um processo de democratização, na media em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos.

Os Conselhos de Escola são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos também analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam a comunidade escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade.

Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, permitindo a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã.

O projeto político-pedagógico elaborado apenas por especialistas não consegue representar os anseios da comunidade escolar. Por isso ele deve ser entendido como um processo que inclui a discussão sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da co-responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar. Esse processo deve ser coordenado e acompanhado pelos Conselhos de Escola.

Ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, os Conselhos de Escola contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira.

A escola e a comunidade são realidades complexas, cada uma dentro da sua especificidade. Nesse sentido, o processo de construção do projeto político-pedagógico não é algo que se realiza com facilidade e rapidez. O incentivo do poder público e o compromisso dos gestores educacionais com esse processo são importantes, pois o desenvolvimento e o acompanhamento do projeto político-pedagógico exigem espaço e tempo para análise, discussão e reelaboração permanentes, assim como um ambiente institucional favorável, que assegure condições objetivas para a sua concretização. Ora, cabe exatamente aos Conselhos serem incentivadores da criação desse ambiente para assegurar as condições objetivamente necessárias, quais sejam: professores e funcionários qualificados, salários dignos, infra-estrutura necessária para um bom desempenho na unidade escolar, clima mobilizador, etc.

Em todo esse processo, deve-se ter clara a importância de conhecer os estudantes: como a escola está trabalhando para atendê-los? Quais os dados relativos ao desempenho escolar? Quais as principais dificuldades na aprendizagem? Como está sendo o trabalho dos professores e especialistas que atuam na escola, a ação dos trabalhadores não-docentes, a atuação dos pais ou responsáveis e seus respectivos papéis nesse conjunto? Trata-se de refletir, cotidianamente, sobre a qualidade do trabalho que a escola está realizando.

No Brasil, há toda uma legislação educacional, definida pelos espaços parlamentares competentes, influenciados pelos movimentos sociais organizados, que pode ser acionada para favorecer a gestão democrática da escola básica e a existência de Conselhos de Escola atuantes e participativos: Constituição Federal (Art.206); Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Art. 3º, 12 e 14); Plano Nacional de Educação (PNE).

Cabe ao diretor da escola ou a qualquer representante dos segmentos da comunidade escolar e local a iniciativa de criação dos Conselhos de Escola, convocando todos para organizar as eleições do colegiado. Devem fazer parte dos Conselhos: a direção da escola e representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não-docentes e da comunidade local. Como órgão colegiado, o Conselho toma decisões coletivas: ele só existe enquanto está reunido. Ninguém tem autoridade especial fora do colegiado só porque faz parte dele.

Contudo, o diretor atua como coordenador na execução das deliberações do Conselho e também como articulador das ações dos segmentos, para a efetivação do Projeto Pedagógico na construção do trabalho educativo. Ele poderá – ou não – ser o próprio presidente do Conselho de Escola, a critério de cada Colegiado, conforme estabelecido no Regimento Interno. Os membros efetivos são os representantes de cada segmento.

A escolha dos membros dos Conselhos deve-se pautar pela possibilidade de efetiva participação: o importante é a representatividade, a disponibilidade e o compromisso; é saber ouvir e dialogar; assumindo a responsabilidade de acatar as decisões da maioria, sem nunca desistir de dar opiniões e apresentar suas propostas, pois os mesmos são, acima de tudo, um espaço de participação e, portanto, de exercício de liberdade.

É importante definir alguns aspectos que envolvem o processo de seleção dos integrantes do Conselho de Escola: mandato dos conselheiros, forma de escolha (eleições, por exemplo), existência de uma Comissão Eleitoral, convocação de assembléias gerais para deliberações, existência de membros efetivos e suplentes.

Há também uma série de outras funções que cabem ao Conselho. A primeira delas deverá ser a elaboração do Regimento Interno, que define ações importantes, como calendário de reuniões, substituição de conselheiros, condições de participação do suplente, processos de tomada de decisões, indicação das funções do Conselho, etc. Num segundo momento, deve-se partir para a elaboração, discussão e aprovação do projeto político-pedagógico da escola. Nas escolas em que já existe esse projeto, cabe ao Conselho avaliá-lo, propor alterações, se for o caso, e implementá-lo.

Outras funções tão importantes quanto as anteriores e que competem aos Conselhos são: a) contribuir para o processo de democratização da escola e de formação / construção da cidadania; b) o acompanhamento da prática educativa que se desenvolve na escola; c) zelar para que a escola considere, respeite e valorize o saber e a cultura dos estudantes e das comunidades nas quais os mesmos estão inseridos; d) zelar pelo uso significativo do tempo pedagógico na escola e, também e) participe da gestão democrática da instituição escolar por meio da escolha do/a diretor/a. Em outras palavras, podemos dizer que aos Conselhos compete deliberar sobre a organização do trabalho na escola e sobre todo o funcionamento e, inclusive, sobre a escolha da direção. Segundo Gadotti (2001, p. 51) “para que ele possa realmente construir a autonomia da escola, deve deliberar sobre o currículo, o calendário escolar, a formação das classes, períodos e horários, atividades culturais, enfim, sobre o governo da escola como um todo”.

Cabe ao Conselho, portanto, apontar soluções aos problemas do conjunto de interesses e vontades da escola (aplicação dos recursos, racionalização dos horários de trabalho, elaboração do Plano Escolar, matrícula e funcionamento geral da escola) (GADOTTI, 2001).

4 AUTONOMIA, PARTICIPAÇÃO E OS CONSELHOS DE ESCOLA: OS ENTRADES PRESENTES NO CAMINHO

Neste ponto de nosso ensaio, gostaríamos de abordar alguns aspectos que, no nosso ponto de vista, são extremamente comprometedores da atuação dos conselheiros em particular, e do Conselho de Escola, de maneira mais ampla, no desempenho de suas funções/atribuições enquanto espaço privilegiado de discussão e de democratização no interior do espaço escolar.

Para que os conselhos de escola sejam implantados de forma eficaz, é necessário que ocorra a participação popular e que esta participação se dê dentro e fora da escola. Também é extremamente importante que essa participação se constitua em uma estratégia explícita da administração que deverá oferecer todas as condições para um efetivo funcionamento do colegiado.

Muitas são as situações em que os conselheiros são convocados para reuniões do Colegiado em dias e horários inadequados, locais desconfortáveis, com dificuldades de acesso, sem nenhum cuidado prévio.

Além do descuido com os aspectos físicos acima apresentados, também, “de nada adiantam todas as condições se a população for chamada apenas para legitimar decisões tomadas em gabinete” (GADOTTI, 2001, p. 51).

Também são dificuldades apresentadas no âmbito dos coletivos a questão da representatividade. Geralmente, os representantes escolhidos por seus pares são os que têm opiniões mais bem definidas e mais facilidade de expressão e que se fariam ouvir, mesmo que não fossem membros de um Conselho, como o de escola. Ainda com relação à representatividade, dificilmente os representantes ouvem seus representados para emitirem suas opiniões. Isso, claro, deve-se a um conjunto de fatores, entre os quais a falta de disponibilidade de tempo, as dificuldades inerentes à representação de uma quantidade elevada de pessoas, entre outras.

Por fim, mas não menos importante, e também não sendo a última, há a dificuldade do exercício pleno das funções dos Conselhos de Escola que acabam sendo restringidos ao papel de Colegiados consultivos em uma quantidade significativa de escolas.

Em geral, os Conselhos têm sido alvo das mais diversas reações, desde suas origens até os dias atuais. Há os que vêem neles uma ameaça. Outros os aceitam, mas tentam fragilizá-los pela burocratização. Outros ainda os aceitam, mas não os percebem como instrumentos eficientes contra as administrações personalistas e autoritárias. Por fim, há os que os defendem como a única possibilidade de democratização da gestão escolar, desde que tenham competências deliberativas e normativas (CISESKI; ROMÃO, 1997). Contudo, como fazer para que o caráter consultivo que é destinado à maior parte dos Conselhos não seja o objetivo primeiro, único e último dos Colegiados? Como proceder para que os Conselhos possam, também ser consultivos, mas e principalmente, deliberativos e normativos no âmbito de atuação das escolas?

5 A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS CONSELHEIROS ESCOLARES: UM PRESSUPOSTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O Conselho de Escola é um colegiado formado por pais, por alunos, professores, diretor, funcionários não-docentes e membros da comunidade. Pode e deve ser um espaço de construção do projeto de escola voltado aos interesses da comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, através do Conselho, a população poderá controlar a qualidade do serviço educacional prestado pelo Governo, definindo e acompanhando a educação que lhe é oferecida.

A existência da legislação que possibilita a criação dos Colegiados para acompanhar a vida da escola não garante, por si só, a efetivação da gestão democrática nas mesmas. É preciso a atuação desses Colegiados para que seja feita a diferença (diferença essa para mais – positiva) na vida diária das escolas. Como bem salientam Ciseski e Romão (1997, p. 66 - 67)

é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar quanto é a presença de professores e alunos. Para isso, há que se criar condições concretas para seu exercício. Condições essas que implicam, entre outras providências, em: construção cotidiana e permanente de sujeitos sócio-políticos capazes de atuar de acordo com as necessidades desse novo que-fazer pedagógico-político, redefinição de tempos e espaços escolares que sejam adequados à participação, condições legais para encaminhar e colocar em prática propostas inovadoras, respeito aos direitos elementares dos profissionais da área de ensino [...].

Para o aperfeiçoamento da atuação dos Conselhos junto às escolas, entendemos ser extremamente importante o conhecimento de experiências já vividas, bem como a tomada de consciência dos limites e das possibilidades de atuação dos Colegiados, em um processo contínuo de prática e reflexão, buscando superar as falhas cometidas, aperfeiçoar os aspectos positivos, bem como criar novas propostas de ação para os problemas que ainda persistem no cotidiano escolar.

Nesse sentido é que defendemos a idéia de que a participação exige aprendizado. Aprendizado esse que se dá na vivência cotidiana e no desempenho das funções de conselheiro, mas também aprendizagem que se dá por meio da formação continuada, lendo, refletindo e discutindo coletivamente sobre o papel e a atuação dos Conselhos junto às escolas.

As experiências revelam que tanto a comunidade externa quanto a comunidade interna à escola apresentam limites à participação. Para o efetivo exercício da gestão democrática da escola é necessário capacitar todos os seus segmentos, principalmente pais e alunos, respondendo às exigências dessa prática (CISESKI; ROMÃO, 1997, p. 67).

Poderíamos nos perguntar, no entanto, a quem cabe a promoção dessa formação? Entendemos que as Secretarias de Educação, quer estaduais e municipais, que deveriam comprometer-se com a mesma, em parceria com as escolas e os conselhos de seus respectivos sistemas / redes de educação. No entanto, os conselhos ficariam a mercê da boa vontade (ou não) de políticos e programas de governo, que sabemos nem sempre democráticos.

Defendemos, nesse sentido, que a formação dos conselheiros de escola seja uma luta coletiva desses, em parceria com os profissionais da educação, com as organizações sindicais representativas da categoria do magistério, bem como com os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, seus órgãos representativos, como a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME. Também com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED, entre outras instituições e organizações, no sentido de se instituir essa formação como uma política pública e, portanto, para além das vontades e interesses que os governos possam ter.

Acreditamos que essa formação potencializará aos Conselhos irem além da condição de meros referendadores de decisões já tomadas pela administração da escola. Nesse sentido, a formação poderá ser um poderoso elemento em favor da compreensão, por parte dos membros do Colegiado, de que o desempenho das funções deliberativas e

normativas não é um favor que a direção da escola lhes outorga, mas sim uma atribuição imanente à própria existência do Conselho enquanto órgão Colegiado, representativo de vozes plurais sobre a escola e seu cotidiano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática da educação abriu, com certeza, uma perspectiva para resgatar o caráter público da administração pública. A gestão democrática restabelece o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, garante a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva na escola e facilita a luta por melhores condições para o fazer pedagógico na escola (BASTOS, 2002).

Entendendo os Conselhos Escolares como órgãos colegiados que são compostos por representantes das comunidades escolar e local e cujas funções vão desde deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras à análise das ações necessárias e dos meios para o cumprimento das finalidades da escola, eles representam, concretamente, as possibilidades postas para que a sociedade brasileira rompa com a visão patrimonialista que a mesma tem sobre as instituições públicas (notadamente a escola), engendrando em seu lugar uma visão/cultura participativa, onde essa mesma sociedade perceba a escola como sendo uma conquista social.

Se, como defendem alguns autores, a escola representa em escala reduzida, a sociedade mais ampla onde a mesma está inserida, ora reproduzindo-a, ora buscando sua transformação, entendemos que a mesma constitui-se, portanto, em um espaço privilegiado de agregação dos mais diferentes sujeitos/segmentos dessa mesma sociedade e, conseqüentemente, de discussão, contribuindo para o estabelecimento de espaços de diálogo.

De maneira bem concreta, acreditamos, portanto, que os Conselhos Escolares podem ser vitais para o exercício da democracia participativa inicialmente, por meio do “assumimento” das funções que, de fato, lhe são conferidas junto à unidade escolar. E esse “assumimento” não é tarefa isolada do Conselho e de seus respectivos conselheiros, mas sim, cabe a toda a comunidade intra e extra escolar nesse processo, que é lento, de transformação da visão da sociedade, passando de uma cultura patrimonialista para uma cultura efetivamente participativa. Ter os espaços próprios para a participação e discussão somente não basta. É preciso que, de fato, os mesmos sejam “habitados” pelos diferentes sujeitos que compõem o Conselho Escolar.

A partir desse “assumimento”, os Conselhos Escolares passam a ser vistos como sustentadores do engendramento de projetos político-pedagógicos que favoreçam a definição dos rumos e das prioridades da instituição escolar baseadas em uma perspectiva prioritariamente emancipadora. Emancipadora da escola, dos sujeitos que nela atuam (alunos, professores e todos os demais funcionários), do Conselho Escolar e, por conseguinte, da sociedade de uma maneira mais ampla.

Ainda ao Conselho Escolar compete debater objetivos e valores a serem assumidos coletivamente, definir prioridades da instituição escolar, contribuir para a organização

do currículo escolar, pois, assim, a improvisação e as práticas cotidianas que comprometem negativamente, de alguma forma, a qualidade da educação oferecida pela escola, serão, senão extintas, pelo menos minimizadas enormemente.

Queremos ressaltar que não foi e nem poderia ser nosso propósito esgotar a discussão sobre a questão da necessidade e importância da formação continuada para conselheiros escolares como forma de potencializar o desempenho desses colegiados. Muito pelo contrário, pretendemos contribuir com o debate sobre essa questão, que ainda é muito tímido, por entendermos a importância do papel do Conselho Escolar no engendramento de uma educação pública, gratuita, popular e de qualidade para todos.

Muitos são os desafios que estão por vir, mas com certeza a proposição de formação para os conselheiros que formam os Conselhos de Escola é um importante passo para se garantir a efetiva participação das comunidades (local e escolar) na gestão das escolas, ampliando sua participação e contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade social da educação ofertada.

REFERÊNCIAS

1. BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
2. BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília: MEC, SEB, 2004.
3. BRASIL. **Constituição 1988**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.
4. _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.304/96**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
5. CISESKI, Ângela Antunes; ROMÃO, José Eustáquio. Conselhos de Escola: coletivos instituintes da escola cidadã. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. cap. 5, p. 65 – 74.
6. GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época, v. 24).

REDES COLABORATIVAS: UMA ABORDAGEM SOBRE A INTELIGÊNCIA COLETIVA DAS REDES NA EDUCAÇÃO

Danilo Marcos Farias Mota⁷

RESUMO

Há uma exigência social para que a educação acompanhe as mudanças do mundo globalizado. Isso inclui conscientizar os educadores da mentalidade do uso de novas ferramentas, principalmente tecnológicas, para auxiliar no processo educacional. Desta forma, este artigo tenta descrever algumas ferramentas surgidas no campo tecnológico, especificamente na questão da internet, que vêm demonstrando serem eficientes aparatos para ajudar no processo de ensino. Essas ferramentas a serem descritas neste artigo, são denominadas *Inteligência Coletiva das Redes ou Redes Colaborativas*. Nesse contexto, apresentar-se-à uma síntese dessas novas ferramentas de educação através da internet e dos meios de conexão demonstrados através dos referenciais bibliográficos. Concluindo, propõe-se uma reflexão sobre a necessidade de se enxergar uma nova ótica no processo de educação, visto a crescente mudança do mercado e da sociedade, principalmente sob o motivo de dar mais condições de interesse ao aprendizado como um todo dos alunos e dos professores.

Palavras-Chave: Inteligência Coletiva. Redes Colaborativas, Colaboração em massa.

ABSTRACT

There is a social demand for education to follow the changes in the globalized world. This includes awareness among educators of the mentality of using new tools, especially technology, to assist in the educational process. Thus, this article attempts to describe some tools that have appeared in the technological field, specifically as to the Internet, which has proven to be efficient devices to help in the teaching process. These tools are described in this article are called Networks Collective Intelligence and Collaborative Networks. In this context we present a synthesis of these new tools of education through the Internet and the connection means shown through the bibliographical references. In conclusion, we propose a reflection on the need to see a new perspective in the education process, as the increasing change in the market and society, especially in the matter of providing better conditions for learning interest of students and teachers in a whole.

Keywords: Collective Intelligence. Collaborative Networks, Mass Collaboration.

⁷ Formado em Administração de Empresas e Especialista em Gestão Empresarial e Didática no Ensino Superior pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Professor da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus e da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

1 INTRODUÇÃO

O contexto da educação na atualidade, com o apoio da globalização e essencialmente da internet, têm oferecido novas perspectivas aos educadores e aos alunos com a adoção de tecnologias que estão se consolidando como novas ferramentas de aprendizagem. Se formos analisar o contexto da educação no Brasil, por exemplo, podemos verificar que muitos são os desafios – apesar de já ter havido várias melhorias. Um desses desafios, alvo deste trabalho, é pesquisar possíveis melhorias a serem implementadas no ambiente de aprendizagem, concebendo opções tecnológicas inovadoras para otimizar o ensino do alunado. Dentro dessa abordagem, surge o conceito de Inteligência Coletiva de Redes ou Redes Colaborativas. Essas terminologias ainda são desconhecidas da maioria dos educadores, mas já vêm contribuindo, na prática, significativamente para a melhoria na aprendizagem de alunos de universidades e na formação de conteúdos acadêmicos de pesquisa.

Como já é de conhecimento comum, a internet trouxe uma grande parcela de contribuição para o contexto da colaboração em rede na educação. As ferramentas em rede vêm auxiliando e provocando mudanças na maioria dos mercados e também na educação. Como relata Levy (1999), existe nos Ambientes Virtuais de Aprendizado – AVA, a temática da cibercultura. Ou seja, da construção de uma linguagem própria e da construção do conhecimento. Dentro deste cenário, as mudanças trazidas pela rede mundial de computadores para a educação como um todo e os desafios que os professores deverão enfrentar para se adequarem e aprenderem a lidar com esses novos desafios sinalizam serem imensos. Principalmente considerando que há uma visão dos novos movimentos de mudança em relação à educação, caracterizados pela interatividade e que começam a dominar os cenários educacionais no ensino superior, o perfil do aluno internauta brasileiro e alguns desafios da Educação a Distância, modalidade que corrobora diretamente com as redes colaborativas.

Cabe ressaltar que, para desenvolver esta pesquisa acadêmica, utilizou-se da abordagem dedutiva, se fundamentado na consulta bibliográfica das literaturas existentes, bem como, e em sua maioria, textos e contextos da internet, para atingir com maior precisão e realidade o tema ora abordado. Lembramos que, devido ao tema *Inteligência Coletiva* ser um tema muito recente, não é possível oferecer uma bibliografia extensa ou uma abordagem teórica mais avançada sobre os assuntos, devido à escassez de textos nessa área.

2 A INTERNET E A EDUCAÇÃO

Por definição geral, a Internet é uma rede mundial de computadores públicos e privados, que ligados entre si promovem a troca de informações e dados a usuários conectados em tempo real, possibilitando também transferências de arquivos, *login remoto* – identificação do usuário na rede - correio eletrônico, boletins informativos e outros serviços. Hoje, tamanha é a importância da internet, que médicos, em alguns casos, já fazem cirurgias do “outro da linha” acompanhando pacientes remotamente sem precisar estar in loco na sala de operação.

Segundo Limeira (2003), o nome Internet é derivado da junção de duas palavras em inglês, *international network*, que significa rede internacional e designa rede mundial pública de computadores. Devido a suas características, a internet tornou-se a primeira mídia de massa que permite interação entre o cliente e a empresa a baixo custo e à velocidade da luz.

Como já conceituamos a internet, cabe descrever de uma forma breve, o que é a Educação. A Educação no seu conceito é um processo vital para a vida que possibilita ao ser humano realizar em sua plenitude as potencialidades físicas, emocionais, intelectuais e espirituais.⁸

Neste sentido, a educação é um processo contínuo, que se inicia com o nascimento e se estende até a morte, seja através da educação natural ou formal.

- Educação natural: representada pelo aprendizado espontâneo, e muitas vezes inconsciente, adquirido pela experiência de vida;
- Educação intelectual: representada pela aprendizagem através dos bancos escolares (colégios, universidades, treinamentos, especializações, leituras dirigidas etc).

Já é de conhecimento geral, a importância que a internet vem desempenhando na educação. Desde uma simples pesquisa em buscadores eletrônicos como Google e Yahoo, até pesquisas complexas de programação, ou seja, a engenharia por traz dos sites de pesquisa, denominada de *Search Engine (engenharia de busca)*, a internet oferece uma gama de opções quando falamos em termos de educação. A capacidade de interação que a web oferece, consegue trazer infinitas possibilidades de comunicação, entretenimento e melhoria de aprendizado. Isso se deve a vários fatores, como a disponibilidade de acesso 24 horas por dia, a capacidade da internet em diminuir distâncias, de aproximar opiniões e dividi-las facilmente pela rede e principalmente, achar conteúdo de pesquisa para trabalhos e participação de fóruns sobre uma gama variada de temas específicos ou não.

O site buscador Google Acadêmico, por exemplo, atende aos desejos do pesquisador em conseguir informações de artigos de todo o mundo, da forma mais rápida e confiável possível - e gratuitamente! É preciso apenas digitar a informação desejada e um amplo número de fontes relevantes fica à sua disposição. Inicialmente, as fontes eram ordenadas em termos de frequência de uso, mas agora os especialistas do Google estão empregando medidas de qualidade mais sutis. No horizonte está a possibilidade de digitalizar todos os livros escritos até hoje e de usar programas de computador que entendam tão bem às solicitações que possam dar respostas mais precisas ou mais 'orgânicas'.

⁸ VILA, Magda; SANTANDER Marli. **Jogos Cooperativos no Processo de Aprendizagem Acelerada.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

2.1 AS VANTAGENS DA EDUCAÇÃO NA INTERNET

Dessa forma, deve-se considerar que usar os métodos de educação na Internet oferece algumas vantagens em relação à educação presencial. Dentre elas, adaptado para a educação a distância segundo Limeira (2003), se pode destacar abaixo:

- **Baixo custo de implantação e manutenção:** a implantação das salas de educação à distância ou via internet não exigem sofisticada construção de estrutura física, pode-se aproveitar uma estrutura já existente, ou já pré-estabelecida reduzindo custos. O professor ministra aula somente de um local físico e isso é transmitido via-satélite ou via web para os alunos em qualquer lugar do mundo;
- **Permite atingir às necessidades do público alvo:** os alunos podem receber tratamento diferenciado, devido ao alto grau de personalização, atendendo assim suas preferências individuais;
- **Alcance / cobertura:** ela possibilita uma cobertura de comunicação nacional e até mesmo mundial e é acessível de qualquer lugar do mundo que tenha um microcomputador e uma linha telefônica ou sem fio, sem limitações temporais ou geográfica;
- **Permite uma interação direta entre a escola e seus alunos:** o aluno pode interagir com o professor de forma tão próxima quanto em um cenário de sala de aula tradicional, podendo o internauta/aluno obter respostas para todas as suas dúvidas;
- **Geração de cadastros:** a empresa pode capturar informações dos usuários à medida que eles usam a Internet;
- **Garantia de audiência e resposta imediata ao estímulo de aprendizado:** a Internet oferece flexibilidade para avaliar uma aula, já que o aluno pode avaliá-la com um *clique*⁹.

3 TECNOLOGIAS AUXILIANDO A EDUCAÇÃO

Em artigo falando sobre a dificuldade dos meios educacionais se adaptarem a tecnologia, Moran (2008), diz que as tecnologias podem auxiliar nos processos educacionais e de aprendizagem, mas são só o apoio e o meio para isso. A educação continua sendo um processo de construção onde a tecnologia só vai apenas contribuir para o seu resultado e não ser o cerne do processo de resultado. As tecnologias nos permitem acesso a recursos de aprendizagem de formas diferentes às de antes. Podemos aprender estando juntos ou em lugares distantes, sem precisarmos estar numa sala para que isso aconteça.

Muitos educadores demonstram medo ou ceticismo quanto à inserção de novas tecnologias nos processos educacionais, mas segundo importantes reflexões, tudo depende de como isso é feito ou implementado. Há um novo nível de pensamento no que tange a permitir o novo, nem que seja por tentativa e erro. A qualidade não acontece só por estarmos juntos no mesmo lugar, mas por estabelecermos ações que facilitem a

⁹ N.E. Ato de selecionar um determinado arquivo ou caminho (link) da Internet.

aprendizagem. A escola física continua a ser um instrumento importante. Mas da forma tradicional com que ela ainda se configura, temos a noção de que ainda é um lugar de confinamento, retrógrado e pouco estimulante. Pode-se crer que essa fala também se realiza no ensino superior.

Pode-se imaginar que uma abordagem mais flexível e pautada em processos pedagógicos mais inovadores podem, junto com as novas tecnologias, contribuir de forma efetiva para uma melhor aprendizagem. A escola ou as universidades podem ser espaços de inovação e experimentação de novos caminhos. É importante dizer que as estruturas administrativas das escolas precisam também se adaptar. É o caso das *Secretarias de Educação*, que precisam ser mais proativas e incentivar as mudanças, flexibilização e a criatividade. A repetição, a previsibilidade é uma arma letal para a aprendizagem. A monotonia da repetição esteriliza a motivação dos alunos. Os currículos, por exemplo, podem ser mais flexíveis, possibilitando aulas diferentes. Os recursos já existentes a nossa disposição para aprender e ensinar, já são muitos¹⁰. A chegada da internet, dos programas que gerenciam grupos e possibilitam a publicação de materiais que estão trazendo possibilidades inimagináveis. Claro, essas ferramentas representam um processo tímido e às vezes, incipiente. Desta forma, as ferramentas que adolescentes, jovens e adultos trabalham como Mensageiros eletrônicos, Blogs, Telas interativas, Buscadores de internet e a formação de redes colaborativas, vêm para contribuir com esse contexto e com essa nova demanda.

Uma parte interessante, que não pode ser esquecida, é a questão da inserção de softwares dentro de sites e de conteúdos digitais. A matéria-prima da aprendizagem é a informação organizada e significativa: *a informação transformada em conhecimento*. A escola pesquisa a informação pronta, já consolidada e a informação em movimento, em transformação, que vai surgindo da interação, de novos fatos, experiências, práticas, contextos. Existem áreas com bastante estabilidade informativa: fatos do passado, que só se modificam diante de alguma nova evidência. E existem áreas, as mais ligadas ao cotidiano, que são altamente susceptíveis de mudança, de novas interpretações¹¹.

As tecnologias nos ajudam a encontrar o que está consolidado e a organizar o que está confuso, caótico, disperso. Por isso é tão importante dominar ferramentas de busca da informação e saber interpretar o que se escolhe, adaptá-lo ao contexto pessoal e regional e situar cada informação dentro do universo de referências pessoais. Muitos se satisfazem com os primeiros resultados de uma pesquisa. Pensam que basta ler para compreender. A pesquisa é um primeiro passo para entender, comparar, escolher, avaliar, contextualizar, aplicar de alguma forma.

É importante verificar que, essencialmente, o professor é um pesquisador. E o foco da aprendizagem é a busca da informação significativa, da pesquisa, do desenvolvimento de projetos. E desta forma, a internet se tornou um processo necessário para pesquisa. O papel do educador deve passar por um novo ciclo: o de ser menos repetitivo e mais criativo do que na escola convencional.

¹⁰ MORAN, J. M. **Como utilizar as tecnologias na escola**. [S. I.]: Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/utilizar.htm>. Acesso em 12/12/2008.

¹¹ MORAN, J.M. *Op. Cit.*

4 REDES COLABORATIVAS

O conceito de Redes Colaborativas é descrito por Levy (2007) como uma inteligência distribuída por toda parte incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta numa mobilização efetiva das competências. A base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas e não o culto de comunidades fetichizadas e hipostasiadas.

Ainda segundo Levy, desde os anos 60, os pioneiros D. Engelbart e J. C. R. Licklider já haviam notado todo o potencial social da comunicação por meio das redes de computadores. Mas somente na década de 80 que a comunicação informatizada – ou telemática – emergiu como fenômeno econômico e cultural: redes mundiais de universitários e pesquisadores, redes empresariais, correios eletrônicos, “comunidades virtuais” se desenvolvendo sobre uma base local, acesso direto a bases de dados etc.

Findando a década de 80, os computadores pessoais tornavam-se mais potentes e intuitivos e seu uso diversificava-se e difundia-se cada vez mais. Assistiu-se então a um processo sem paralelo de interconexão das redes, antes isoladas, para o crescimento exponencial dos usuários da comunicação informatizada. Para se ter uma ideia desse crescimento, na época, a cada mês o número de pessoas com ‘endereço eletrônico’ no mundo aumentava 5%. Em 1994, mais de 20 milhões de pessoas, na sua maioria jovens, estavam “conectados”. Como já descrito aqui alguns dados sobre internet, podemos ter uma noção sobre o crescimento de volume da internet e principalmente das atividades relacionadas às redes.

A maioria dos autores¹² ao estudarem a perspectiva das redes e a sua utilização como caminho para estudar as organizações aponta as organizações como redes sociais e devem ser analisadas como tais. Nesta perspectiva, a estrutura de qualquer organização deve ser entendida e analisada em termos de redes múltiplas de interações. Nesse sentido, todas as organizações são redes e a forma organizacional depende das características, interesses e necessidades das empresas participantes.

Teóricos reconhecidos apontam para uma situação: *estamos em rede, interconectados com um número cada vez maior de pontos e com uma frequência que só faz crescer*. A partir disso, torna-se claro o desejo de compreender melhor a atividade desses coletivos, a forma como comportamentos e ideias se propagam, o modo como notícias afluem de um ponto a outro do planeta etc. a explosão das comunidades virtuais parece ter se tornado um verdadeiro desafio para nossa compreensão¹³.

Cabe considerar que as Redes Colaborativas estão incluídas dentro do contexto do que se chama *Redes Sociais*. Esse termo é necessário visto que inclui o que autores chamam de Capital Social, que nada mais é do que a capacidade de os indivíduos produzirem suas próprias redes, suas comunidades pessoais. Capital Social se define também como todo o recurso disponível nas redes. E o recurso mais importante, ou o seu resultado, é o

¹² CÂNDIDO, G. A., ABREU, A.F. **Os conceitos de redes e as relações interorganizacionais: um estudo exploratório**. In: ENAPAD, 24, 2000. Florianópolis. Anais...Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD

¹³ COSTA, R. **Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva**. Interface-Comunc., Saúde, Educ., V.9, n. 17, p. 235-248, mar/ago 2008.

conhecimento gerado por elas. No caso da análise do capital social, são as variáveis microsociológicas, como a sociabilidade, cooperação, reciprocidade, pró-atividade, confiança, o respeito, as simpatias.

4.1 A COLETIVIDADE NA PRODUÇÃO DE MATERIAL E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE PESQUISA

Após uma visão sobre as redes colaborativas, pode-se agora comentar e citar as principais redes existentes. Acredita-se que as redes colaborativas nasceram durante as décadas de 1960 e 1970 e durante a revolução tecnológica e econômica dos 20 anos seguintes. Em outras palavras, as redes se consolidaram como legado da destruição criadora do boom tecnológico em torno da internet das últimas décadas. A infraestrutura para o comércio eletrônico e para a comunicação por e-mail se transformou em uma plataforma por meio da qual as pessoas começaram a se conectar com fins que excediam, “com juros e correção monetária”, o propósito original dessas ferramentas (uso militar), criando a “produção social”¹⁴.

Há um novo debate dentro da educação, quanto ao nascimento ou a reformulação da forma de aprendizado em rede. Segundo Campanário (2008), com o advento da internet wiki¹⁵ há um debate recente na Universidade de São Paulo (USP) sobre a riqueza das redes, coordenado pelo professor Imre Simon, com painéis de discussão sobre diferentes dimensões do que se pode chamar de “produção coletiva”. Acredita-se que não irá demorar muito tempo para que a educação, principalmente a educação do ensino superior, comece a aproveitar plenamente as possibilidades de pesquisa através das redes colaborativas.

O conceito *Wiki* está associado à produção de software de código livre ou de código aberto (Open Source em inglês). Um caso conhecido, e talvez o primeiro exemplo prático de produção coletiva na internet seja o sistema operacional Linux. No Brasil, há a produção coletiva do Linux chamado de Umbutu, que é um sistema operacional produzido coletivamente e que é grátis. Ultimamente, a idéia por traz do Linux, vem tomando forma nas redes colaborativas no que se refere a produzir material de pesquisa e material científico tanto para universidades quanto para os negócios. Isso vai da engenharia à medicina, do direito à economia. É possível citar no Brasil, alguns exemplos que começam a emergir: Um exemplo recente pesquisado é a EscolaBR. Essa ferramenta é um espaço para produção de escrita colaborativa, visando divulgar metodologias e tecnologias educacionais e propostas de cursos que atingem boa parte da rede educacional brasileira, pública e privada, beneficiando não só as instituições de ensino, mas professores fundamentalmente atingindo o aluno com uma melhora no sistema de ensino básico e intermediário. A FAPESP, agência de incentivo à pesquisa, possui hoje o maior patrimônio de fomento científico e tecnológico no Brasil, oferece tutorial *wiki* em sua incubadora virtual, onde todos podem acessar o que de mais moderno está sendo feito para elaboração de hipertextos colaborativos. Outro exemplo

¹⁴ GONZÁLES, Graciela B. Revolução Invisível. **HSM Management**, São Paulo, v6, n 66, p. 92-100, jan/fev, 2008.

¹⁵ O termo Wiki é uma expressão derivada da palavra havaiana wikie, wikie de fonética wiki, cujo significado é “rápido”, “veloz”. Atualmente Wiki representa uma página viva na internet.

claro de produção coletiva, é o site wiki.forumdebian.com.br, que já conta com patrocínio de interesses privados. O Objetivo do Debian é fomentar a produção de uma gama de produtos, desde finanças até *webdesign*, passando por jogos multimídia¹⁶.

Há outros exemplos de casos até incomuns de produção coletiva, como é o caso da rede SETI@home, que é um experimento científico em que é uma conectividade de computadores na Busca por Inteligência Extraterrestre (SETI, em inglês). Qualquer pessoa pode baixar o programa e participar analisando a radio frequência de dados de telescópios. As primeiras experiências dessa iniciativa, precisava de um supercomputador para realizar seus complexos cálculos; hoje, com os softwares disponíveis, foi montado um supercomputador virtual composto por uma infinidade de microcomputadores interconectados pela internet. Ou seja, voluntariamente, o usuário cadastrado no SETI, pode ceder capacidade ociosa do seu computador pessoal para o software mãe, fazer os cálculos necessários. Essa iniciativa parece um tanto incomum, mas recebem o patrocínio da Sun Microsystems e da Intel, grandes empresas da área de informática. Certamente há interesse comercial nos resultados futuros dessa empreitada.

Outro exemplo é o site SOLDIN@home, que é um esforço global para formar um supercomputador em escala planetária, também doando capacidade ociosa do HD dos usuários para o processamento de informações de pesquisa como a combinação de proteínas ou para encontrar soluções para doenças como Alzheimer, várias formas de câncer etc. Todos os computadores juntos, fazem com que o custo de energia e de memória tenda a zero, visto que se essas informações fossem armazenadas ou processadas em um único computador, o custo iria ser bem maior. Cada rodada do sistema permite uma infinidade de resultados para o uso de todos os interessados O futuro está aberto a um novo paradigma.

O conceito de controle, amplamente discutido desde a Revolução Industrial até os dias de hoje, diz respeito a uma estrutura de subordinação, de relações verticais no mundo do trabalho e até da educação começa a ser questionado e destruído através da internet. O aluno de uma universidade ou cidadão comum é visto como cliente, colocados em posição complementar ou de conflito com controladores e burocratas, e estes com executivos, separando dicotomicamente produtores de consumidores e fornecedores, corporações de Estado consumidor. Esse mundo ainda é dominante e se fundamenta nas geniais concepções de Max Weber, no início do século passado. Mas certamente essa visão de uma hierarquia, de comandos e controles em cadeia, de burocracia autocrática está sendo pulverizada por novos modelos de relacionamento entre agentes econômicos e sociais, com a diluição das rígidas muralhas mencionadas anteriormente. O consumidor torna-se cidadão e as empresas passam a fazer parte da comunidade. O Estado deixa de ser de uns poucos e cristaliza-se como entre de entendimentos. Segundo Campanário (2007), falta muito para essa utopia se tornar realidade. No entanto, mudanças na natureza das novas tecnologias de informação e telecomunicações, com o auxílio de muitas inovações complementares, estão realmente permitindo alterar a estrutura do mundo hierarquizado pelo da colaboração, fluidez, cooperação e autocorreção, revolvendo o sistema rígido atual. Trabalhadores passam a quebrar as fronteiras das organizações, tornando permeáveis a troca de informações e o

¹⁶ CAMPANÁRIO, Milton. O Futuro é Wiki. **HSM Management**, São Paulo, v.6, n.65, p.25-30, nov./dez., 2007.

desenvolvimento de soluções coletivas. Tapscott¹⁷ usa a palavra de Toffler, “prosumidores” (junção de “*producer*” com “*consumer*”) para reforçar essa questão.

Outro ponto importante a se considerar quando falamos de redes colaborativas é a questão da propriedade. A quem pertence o conteúdo do Wikipédia ou o conhecimento gerado pelas redes de conhecimento em massa? Um conceito criado pelo império romano está sendo resgatado, embora não tenha de fato desaparecido: o coletivo, a servidão, o comum a todos. Segundo Benkler (2006), o significado que queremos expressar está mais bem colocado no termo em inglês “*common*”. O *common* é uma forma específica de espaço institucional que surge do interesse comum ou coletivo e que não se enquadra no sistema de propriedade, pois os agentes sociais podem agir livremente, sem as regras que incidem na formação dos mercados, onde a colaboração espontânea está disponível e a restrição ao emprego dos recursos é conduzida por regras voluntárias (distinguindo-o do público, com suas regras compulsórias) abertas e coletivas, que trazem segurança para a mobilidade dos recursos em uso.

Vale ressaltar que não é possível prospectar com clareza o que acontecerá com esse novo sistema de produção coletiva. Há dúvidas a respeito. Andrew Keen afirma que “monopólios virtuais” têm surgido e que a democracia na internet é uma utopia. Abordaremos a seguir, algumas redes colaborativas que pesquisamos e acompanhamos. Continuamente, verificamos a interatividade e a importância de produção de conteúdo para a produção coletiva.

4.2 COMENTÁRIOS SOBRE AS NOVAS DIMENSÕES DA TECNOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO

Para se ter a ideia da dimensão do impacto das novas mídias na educação, pode-se analisar rapidamente o que vem ocorrendo há algum tempo: Há apenas dez anos, e-mail e telefone celular eram quase inexistentes no Brasil. Hoje essas ferramentas parecem indispensáveis e estão introjetadas ao nosso dia-a-dia.

Segundo Alves (2007), as novas tecnologias estão levando a educação a sentir a necessidade de incorporar essas novas mídias evoluir em direção ao futuro. Dentre essas tecnologias, destacamos no ambiente educacional o computador, que passou a fazer parte da rotina dos brasileiros tanto nas escolas quanto na vida cotidiana. A agilidade proporcionada pelas evoluções tecnológicas está transformando a forma de comunicação entre alunos e professores mais ágil e interativa, antes restrita só às salas de aula, sendo possível observar que a interação através de e-mails, fóruns de debate, vídeo conferência dentre outros, auxiliam a educação na disseminação do conhecimento.

¹⁷ TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, A. D. **Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio**. São Paulo: Nova Fronteira, 2007.



Figura 15: Lousa Digital

Fonte: <http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/1964/artigo52914-2.htm>. Acesso em: 20 jun. 2007.

Ainda segundo Alves (2007), a educação no Brasil ainda é um dos poucos setores que permanecem distantes das inovações tecnológicas, sendo justamente o setor onde a inovação é mais necessária. Durante as pesquisas, observa-se que em muitas salas do Brasil, o domínio do giz começa a dar lugar à era digital. Muitas iniciativas tanto públicas e privadas finalmente estão utilizando o computador como ferramenta educativa e não mais como simples máquina de escrever modernizada. Pesquisa da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed) revela que o ano de 2006 encerrou com cerca de 1,3 milhões de alunos aprendendo via internet.

Alves (2007) cita que grandes instituições de ensino estão procurando se adequar às novas tecnologias e algumas já o fazem tentando se adequando a essa nova realidade. Em conformidade com isso podemos citar o SENAC São Paulo, que mantém em sua estrutura cursos oferecidos a interação do aluno usando o Second Life (programa que simula um mundo virtual para os seus usuários, onde os mesmos “vivem” dentro do ambiente virtual). O SENAC São Paulo é a terceira instituição brasileira de ensino a entrar no Second Life – sendo que já se encontram presentes neste mundo virtual as universidades Anhembi-Morumbi e Mackenzie, ambas de São Paulo.

Há de se ressaltar que educação a distância não é a única forma de a tecnologia aprimorar o ensino no Brasil e em demais países. Atualmente existe uma gama de variedade de softwares e outros recursos da informática e telecomunicações que buscam tornar o aprendizado mais interessante e facilitam o acesso à pesquisa. Um dos programas que auxiliam professores e alunos é projeto da Microsoft em parceria com o Instituto Ayrton Senna chamado **Sua Escola a 2000 por hora**. Esse projeto visa oferecer aos alunos uma experiência virtual de aprendizado utilizado já em quarenta escolas brasileiras, com investimento de R\$ 6 milhões. Essa ferramenta pode ser usada em aulas de geografia, por exemplo, onde os discentes podem visualizar como são as formações de rochas, “andar” dentro de ambientes históricos, como o período jurássico etc.



Figura 16: Software de Simulação do Projeto Escola a 2000 por hora.

Fonte: Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/1964/artigo52914-2.htm>. Acesso em: 20 jun. 2007.

Falando da realidade geral, mesmo com alguns avanços significativos, o Brasil ainda enfrenta um sério problema em relação à falta de computadores e recursos tecnológicos nas escolas públicas. Visando sanar este problema, o Governo Federal lançou o PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação, que busca diminuir as distâncias tecnológicas existentes na rede pública.

Olhando em uma perspectiva de nossas escolas no futuro e em meio a tantos avanços tecnológicos, Alves (2007, p. 08) diz que o “O professor continua sendo a base do processo de aprendizado”. De posse dos aparatos tecnológicos já citados neste trabalho, o professor poderá buscar novas alternativas de ensino e fazer com que o aluno experimente novas formas de aprendizado e busque pesquisar suas próprias soluções.

Moran (2008) aponta ainda que a educação a distância não é somente disponibilizar materiais on-line, mas sim buscar interagir, trocar experiências, aprender em conjunto, mudar. Essa tendência de novas formas de se aprender se estendem também ao ensino presencial, fazendo com que a forma tradicional de aprendizagem absorva as boas práticas do ensino à distância e das tecnologias. Espera-se que nos anos que se seguem, presenciaremos o surgimento de novos modelos de educação. As inovações não tornaram o processo de ensinar e aprender mais simples apenas com o uso adequado das novas ferramentas. É necessário uma busca aprofundada para adequar esse ferramental tecnológico ao ser humano com toda a sua complexidade que é o principal foco do processo da educação.

Segundo pesquisa demonstrada por Moran (2008) em comparação à Inglaterra, à Espanha, à Austrália e Estados Unidos, o Brasil ainda está aprendendo a fazer educação a distância. Um dos fatores que agravaram a posição do Brasil nesta pesquisa foi o fato de somente contar com uma legislação que favoreceu o ensino a distância a partir de 1996, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Assim como em várias áreas do saber humano, as mudanças advindas da informática influenciaram a educação e esta por sua vez está incorporando gradativamente, através da utilização de suas facilidades. A educação do século XXI passa por um grande desafio em manter suas bases e ao mesmo tempo em que se vê necessitada de se

adequar às novas ferramentas da era digital. A área educacional no Brasil precisará cobrir essa lacuna tecnológica, seja diminuída e por que não extinta de nossas escolas e universidades.

De acordo Alencar (2008) há uma necessidade imediata de reflexão de que os educadores repensem seu papel e que se tornem preparados para contribuir com o crescimento da nova geração de alunos que surge. De posse do ferramental tecnológico, os professores poderão auxiliar seus alunos cada vez mais em seu processo de aprendizagem.

Uma linha de pensamento de vários pensadores é de que haja uma adequação aos avanços tecnológicos e que as instituições ofereçam a seus alunos, os recursos tecnológicos e criação de um ambiente de aprendizagem favorável ao aprendizado. Mediante os desafios apresentados neste trabalho, a educação deverá formar seres humanos capacitados, tanto educacional quanto tecnologicamente, contribuindo para que esses alunos participem de forma consciente do mundo globalizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da proposta desta pesquisa que foi estudar os limites dos novos rumos da educação e das redes colaborativas, pode-se concluir que todos os esforços para melhorar a questão do nível de aprendizado nas escolas têm sido muito válidos, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Acreditamos que há um novo nível de pensamento sendo formado quando vemos que cada vez mais as novas ferramentas de construção do conhecimento são apoiadas pelas novas tecnologias e pelos novos desafios para os docentes daqui pra frente. A evidência de que precisamos mudar as formas tradicionais de aprendizado são demonstradas quando vemos que fica difícil dar uma aula concorrendo com celulares, notebooks etc. O que o professor deve fazer: *desestimular o uso dessas ferramentas dentro da aprendizagem?* Pode-se acreditar que num processo educacional moderno, os docentes e a escola como instituição devem aprender a lidar com essas ferramentas e entender o porquê delas serem tão importantes para os jovens ou para as pessoas em geral. Por que não aproveitar o contexto das novas tecnologias e interagir com esse novo mundo tecnológico pautado dentro do processo de aprendizado? Essa, acreditamos ser uma questão importante.

Em relação aos desafios a serem enfrentados no futuro, pode-se citar dois motivos que sugerem serem os principais – que poderão perfeitamente ser subdivididos. O primeiro motivo é que é necessário trabalhar a cabeça dos alunos desde cedo, para que eles se tornem *Ativos*. Ou seja, demandantes da construção do conhecimento e não apenas, como são atualmente na maioria das escolas, com um papel *passivo*. Ou seja, ou recebedores de conhecimento. Isso se faz jus quando pensamos que as ferramentas colaborativas, tanto dentro da educação ou dentro do próprio mercado de trabalho, vem se tornando cada vez mais comuns ao dia-a-dia das pessoas. Outra questão importante é o trabalho de mudança da cultura dos docentes em relação a estarem preparados psicologicamente e em relação ao ferramental tecnológico disponível para que possam interagir e dar um resultado mais prático de conhecimento. Essa questão do docente dificultando a entrada do “novo” é um ponto crucial. É preciso preparar o professor para

estar familiarizado com as novas tecnologias, principalmente as tecnologias colaborativas. Isso envolve investimentos do Governo, mas também precisa haver um trabalho de conscientização dos docentes, de forma que essas mudanças tecnológicas e de comportamento dos alunos sejam enfrentadas com mais preparo.

Atualmente, a educação tradicional e a nova educação apoiada pelos meios interativos, vêm reforçar ainda mais as ideias de vários autores que comungam para a revisão dos conceitos educacionais e a busca pelo desenvolvimento de novas políticas e reflexões para melhorar o processo de aprendizado, proporcionando e dar aos discentes uma nova visão do aluno, para que ele se torne de vez um *ativo* e não um *passivo* de conhecimento. Desta forma e através dessa pesquisa, recomendamos novos estudos, principalmente o aprofundamento na questão dos *Espaços Digitais Públicos - Digital Commons* e os estudos da *Educação a Distância via Internet dentro das empresas – EADI*. Isso se faz necessário para que surjam novas descobertas, para que o processo educacional evolua cada vez mais.

REFERÊNCIAS

1. ALENCAR, Eliane. **Os Desafios da Educação Frente às novas**. Disponível em: <http://pedagogia-unir.blogspot.com/2008/05/os-desafios-da-educao-frente-s-novas.html>. Acesso em: 14 Dez. 2008.
2. ALVES, Francisco, CARDOSO, Rodrigo: **Educação na Rede**. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/1964/artigo52914-2.htm>. Acesso em: 20 jun. 2007.
3. AZEVEDO, W. **Panorama atual da educação a distância no Brasil**. [S. I.]: disponível em: http://www.revistaconecta.com/conectados/wilson_seminario.htm. Acesso em 20/12/2008.
4. BELLONI, M. L. **Ensaio sobre a educação a distância no Brasil**. [S. I.]: Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a08v2378.pdf>. Acesso em 12/12/2008.
5. BENKLER, Y. **The Wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006.
6. BIONDO, Gabriela G. Revolução invisível. **HSM Management**, São Paulo, v.6, n.66, p.92-100, jan./fev., 2008.
7. CABRAL, Pedro. **A Reinvenção da internet**. [S. I.]: Disponível em: < http://www.agenciaclick.com.br/br/empresa/noticia_1763.asp>. Acesso em: 19 jul. 2007.
8. CAMPANÁRIO, Milton. O Futuro é wiki. **HSM Management**, São Paulo, v.6, n.65, p.25-30, nov./dez., 2007.

9. CÂNDIDO, G. A., ABREU, A.F. **Os conceitos de redes e as relações interorganizacionais**: um estudo exploratório. In: ENAPAD, 24, 2000. Florianópolis. Anais...Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD
10. CESAR, Ricardo. **Convergência na vida real**: A internet finalmente começa a derrubar as barreiras entre telefonia, mídia e entretenimento. [S. I.]: Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0884/economia/m0119843.html>>. Acesso em: 18 jul. 2007.
11. CEZAR, Ricardo. **Geração digital**: Os consumidores jovens vivem, se divertem e se relacionam online. Como as empresas tentam conquistá-los. [S. I.]: Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0875/tecnologia/m0101307.html>>. Acesso em: 19 jul. 2007.
12. CEZAR, Ricardo. **Uma segunda vida para a sua empresa**: O Second Life, programa que cria um mundo virtual, tornou-se sucesso de público – e a última fronteira para os negócios. [S. I.]: Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0883/tecnologia/m0118994.html>>. Acesso em: 20 jul. 2007.
13. CORDEIRO, Tiago. **Lost e o fim da TV**. Um dos maiores sucessos da televisão vai destruir a própria TV. Entenda como, saiba o que vai mudar e veja por que você será um dos protagonistas desta história. [S. I.]: Disponível em: <http://super.abril.com.br/super/conteudo_207887.shtml> . Acesso em: 20 fev. 2007.
14. COSTA, R. **Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva**. Interface-Comunc., Saúde, Educ., V.9, n. 17, p. 235-248, mar/ago 2008.
15. DRUCKER, Peter. **O futuro já chegou**. Revista Exame, ed. 710, p.112-126, mar., 2000.
16. GARDNER, Howard. A Mente Criativa. **Revista Época Negócios on-lne**. . [S. I.]: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG76948-8373,00-A+MENTE+CRIATIVA.html> em 23/04/2008.
17. GONZÁLES, Graciela B. Revolução Invisível. **HSM Management**, São Paulo, v6, n 66, p. 92-100, jan/fev, 2008.
18. HAGEL, John III; ARMSTRONG, Arthur. **Vantagem competitiva na internet**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
19. HEMP, Paul. **Marketing para o avatar**. Revista Harvard Business Review 2007. [S. I.]: Disponível em: <<http://www.hbrbr.com.br/textos.asp?codigo=10589>> Acesso em: 25 jul. 2007.

20. LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2007.
21. LIMEIRA, Tânia V. **E-marketing: o marketing na internet com Casos Brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2003.
22. LONGO, Valter. **Como obter atenção dos consumidores**. [S. I.]: Disponível em: <<http://www.hsm.com.br/canais/podcast/fmi2007/index.php?>>. Acesso em: 01 ago. 2007.
23. MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 1999.
24. MORAN, J. M. **Educação e tecnologias: mudar pra valer!** [S. I.]: Disponível em <http://www.eca.usp.br/prof/moran/educatec.htm>. Acesso em 12/12/2008.
25. POMERANZ, Ricardo. **Deixem os consumidores falarem**. [S. I.]: Disponível em: <http://www.ricardopomeranz.com.br/Deixem_Os_Consumidores_Falarem.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2007.
26. PATRIOTA, Karla. **Aproximando-se do target: uma abordagem fora das mídias de massa**. Artigo Intercom, 2003.
27. SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática – 7 ed. Ver. –** São Paulo: Pioneira, 1998.
28. SISSORS, Jack e BUMBA, Lincoln. **Planejamento de mídia**. São Paulo: Nobel, 2001.
29. SUROWIECKI, James. **A Sabedoria das multidões**. São Paulo: Editora Record, 2007.
30. TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, A. D. **Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio**. São Paulo: Nova Fronteira, 2007.
31. TENENBAUM, Andrew S. **Redes de computadores**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
32. VENETIANER, Tom. **Com Vender seu peixe na Internet: Um Guia Prático de Marketing e Comércio eletrônico**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
33. VILA, Magda; SANTANDER Marli. **Jogos cooperativos no processo de aprendizagem acelerada**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Michela Cosme¹⁸

RESUMO

O objetivo deste artigo é propor uma investigação acerca da contabilidade e suas intencionalidades, visualizadas a partir de premissas como a articulação dos resultados contábeis. Propõe-se verificar se as sociedades anônimas de capital fechado, de alguma forma utilização da flexibilização das normas e princípios contábeis, para gerenciar seus resultados. E ainda quais poderiam ser as intervenções mais comuns encontradas nestas instituições por meio de suas demonstrações contábeis, identificando quais acruaals contribuem para tomada de decisão em relação com a captação de crédito de terceiros em instituições de intermediação financeira. E se há variabilidade nos resultados com perspectivas de melhorar a imagem de seu desempenho financeiro e econômico. Levando em conta que estas empresas são normatizadas e fiscalizadas da mesma forma de as sociedades anônimas de capital fechado. Vale ressaltar que o artigo propõe uma investigação de literatura que poderá embasar estudos futuros práticos a respeito do tema proposto.

PALAVRAS CHAVES: Contabilidade; Acruaals Discrecionários; Cias Fechadas; Gerenciamento de Resultados.

ABSTRACT

The aim of this paper is to propose an investigation about accounting and its intentions, viewed from the premises as the coordination of accounting results. It is proposed to determine whether the privately held corporations, somehow use the accounting principles and norms relaxation to manage its results. And what could be the most common operations found in these institutions through their financial statements, identifying which acruaals contribute to decision making related to attracting third-party credit in financial intermediation institutions. And if there is variability in the results with perspectives of improving the image of its financial and economical performance. Considering that these companies are regulated and controlled in the same way that privately held corporations. This paper proposes a research literature that may support future studies regarding the theme.

Keywords: Accounting; Acruaals Discretionary; Closed Corporations, Result Management.

¹⁸ Formada em Ciências Contábeis e especialista em Didática no Ensino Superior pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialização em Supervisão pela FIJ. Mestranda em Contabilidade Gerencial pela FUCAPE. Professora da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus e da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade contemporânea nos traz uma série de instrumentos que permitem uma contextualização, intervenção e ampliação da visão dos resultados que as empresas esperam. Dentro deste novo enfoque e decorrente dos debates atuais a cerca da Teoria Positivista das práticas contábeis, o gerenciamento de resultados, se torna essencial para contemplar os objetivos/metastas ao alcance das empresas, entretanto ainda menos disseminadas ou investigadas em Companhias de Capital Fechado, por existir uma barreira até os seus estudos.

Partindo da análise das sociedades anônimas de capital fechado, faz-se necessário uma tentativa de estudo em busca deste vasto campo contábil, que pela escassez de dados para pesquisa, isso pela indisponibilidade/obrigatoriedade de publicação dos relatórios pertinentes a elas, ainda foi pouco investigado.

Pensando nestas premissas, nos estudos anteriores, e a análise do mercado de crédito no Brasil, por meio das instituições que fazem à intermediação financeira e financiam as atividades econômicas das empresas brasileiras, identifica-se um caminho ainda não percorrido pelas pesquisas.

É fato, não só para as Cias de Capital fechado, que as demonstrações contábeis são documentos imprescindíveis para qualquer banco prestador de crédito, que necessita para tal transação se efetivar, de gera por meio destes relatórios, índices, que permitam uma segurança nas operações negociadas, para que haja medido e confortáveis, riscos de crédito, econômico, de cliente, da negociação, do mercado, envolvidos nos financiamentos.

Visualizando este enfoque sobre o ponto de vista das instituições financeiras, quais seriam as intervenções contábeis características das Cias fechadas com intuito de Gerenciar seus Resultados para obtenção de índices mais atrativos com a finalidade de obter crédito de terceiro.

Estariam às empresas de capital fechado usando os acrualls discricionários, como instrumento de gerenciamento de resultado por meio dos seus índices de endividamento e de alavancagem, visando demonstrar resultados mais propensos a captar crédito via instituições financeiras.

Desta forma, identifica-se como objetivo deste trabalho investigar, numa amostra de Companhias fechadas brasileiras, a partir da análise investigativa e exploratória de dados (demonstrações) cedidas por um banco de crédito e fomento, o grau de apropriação discricionária de resultado, usado para de alguma forma, intervir nos índices analisados pelas instituições concessoas de crédito.

Propondo as seguintes hipóteses:

Existe relação entre o gerenciamento de resultados e a captação de recursos externos pelas Companhias de capital fechado aplicando como agente discricionário as

contingências passivas adotando assim uma postura mais agressiva e menos conservadora.

Quais seriam as possíveis práticas de gerenciamento de resultado, por meio das aplicações das acumulações discricionárias, nas empresas de capital fechado? Existe uma relação com as motivações das Cias de Capital aberto?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do termo inglês Earning management, são inúmeros os trabalhos que buscam investigação mais minuciosa, evidenciamos o de Martinez (2001) e de Zenderky (2005), com objetivo de determinar suas práticas e sua relevância para os resultados contábeis. Porém, pouco se tem lido sobre os fatores, influências e indícios da presença do Gerenciamento de Resultados nas Companhias de Capital fechado, pois a fácil identificação das vantagens oferecidas para as empresas que participam do mercado de capitais e suas necessidades de informações positivas, acuradas e gerenciadas é clara, partindo do princípio de que para concorrer neste mercado acirrado é necessário que haja constância e cuidado ao demonstrar qualquer fato contábil por meios das demonstrações. Uma informação indevida ou mal gerenciada pode trazer consequências negativas para quem está diante deste mercado.

Desde os primeiros estudos acerca do gerenciamento, principalmente os formentados por Martinez (2001), o termo gerenciamento vem sendo usado para investigar o posicionamento contábil de empresas com perspectivas de demonstrar resultados mais interessantes para sua realidade e neste artigo em específico, se isso acontece para buscar capital que financie as atividades econômicas das empresas de capital fechado.

Distante desta realidade da publicação dos relatórios contábeis estão às empresas que não possuem suas ações negociadas no mercado, e devido a este fato não tem a mesma preocupação de intervir nos resultados com intuito de publicar. Porém é possível que existam outros motivos que levem estas instituições a gerenciarem seus resultados.

Conforme Formigoni, Paulo e Pereira (2005), sobre as Cias abertas e fechadas, os dados obtidos mostraram a existência de gerenciamento de Resultados em ambos os tipos de empresas, sendo mais freqüente nas Cias abertas com a finalidade de evitar a divulgação de perdas contábeis, porém sobre as Cias fechadas não puderam afirmar que a gerenciamento para incentivar a carga tributária.

2.1 CIAS FECHADAS E RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Grande parte das grandes empresas brasileira hoje, tem real interesse de abrir seu capital ao mercado, em virtude das diversas vantagens oferecidas a estas instituições no mercado de ações, ampliação de mercado, ganho de concorrência, reorganizações societárias, visibilidade, imagem, marketing e outros. Porém um grande número, que por vários motivos não possuem interesse, continuam transacionando seus negócios internamente. Nestas Companhias os estudos acerca das aplicações contábeis, ainda são

restritos, apresentação anual de resultado ainda não possui obrigatoriedade, apesar de estarem configurando entre as maiores empresas brasileiras e alavancarem uma grande parte da economia no país. Por isso a importância e relevância de aprofundar a análise sobre suas movimentações patrimoniais.

As evidências são claras, no que tange a diferenciação de estudos aplicados em empresa de capital aberto e fechado, a obrigatoriedade das publicações. Entretanto, sabe-se que as características das Sociedades Anônimas são similares, são sociedades de capitais, que o mais importa é a aglutinação de capital, que é dividido em partes iguais, assim caracterizando a participação dos acionistas, que possuem sua responsabilidade sobre elas. Sendo a empresa caracterizada como Sociedade Anônima de capital fechado ou aberto, a situação econômico-financeira está sempre sobre o seu patrimônio. Daí a importância de sua investigação sobre o aspecto de gerenciar seus resultados, independente do tipo de sociedade. É claro que devido às proporções de divulgação e investimento, as empresas abertas devem apresentar diferentes níveis de discricionariedade em relação as que não são.

O mercado de capitais cria uma demanda por informações que sejam úteis para a avaliação e monitoramento da firma, sendo que o investidor não tem acesso privado às das atividades exercidas pela empresa, devendo confiar nas informações publicamente divulgadas, como por exemplo, as demonstrações contábeis. Porém, quando o conteúdo informacional não é adequado, os investidores podem se tornar relutantes ao fornecimento de recursos financeiros para as firmas. Portanto, os gestores das companhias abertas têm fortes incentivos para melhorar a qualidade da informação contábil reportada para os usuários externos. Por outro lado, as companhias fechadas têm sua estrutura societária relativamente concentrada e, espera-se, que o processo de comunicação seja eficiente através dos canais privados. Nesse ambiente, as informações contábeis têm menor importância de comunicação sobre o desempenho empresarial, tendo assim relativamente menores incentivos para reportar com maior qualidade os números contábeis. (FORMIGONI, PAULO e PEREIRA, 2005).

2.2 AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NO BRASIL E A CONCESSÃO DE CRÉDITO

No contexto atual da globalização, as instituições financeiras exercem um papel relevante na canalização dos fluxos de capitais, criando mercados financeiros e influenciando políticas internacionais que frequentemente não levam em consideração os indivíduos que causam danos ao meio ambiente, aos direitos humanos e equidade social. (BANKTRACK, 2007).

A realidade interna dos bancos, principalmente com os que trabalham como propulsores da economia brasileira, os bancos estatais ou de economia mista que também são intermediadores do governo, se regem por um sistema rigoroso e burocrático para concessão de crédito visto que suas taxas são reduzidas e visa emprestar para realmente alavancar econômica e financeiramente uma empresa e possam num futuro próximo quitar seus compromissos.

Para Schrickel (1998, p.27),

A análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas. Esta habilidade depende da capacidade de analisar logicamente situações, não raro, complexas, e chegar a uma conclusão clara, prática e factível de ser implementada.

A análise de crédito visa garantir o retorno do investimento emprestado, por isso conseguir medir o risco das operações solicitadas é o primeiro trabalho para concessão. Isso deve ser baseado em informações acuradas sobre as empresas, como: cadastro, rentabilidade, atividade econômica, instalações, recursos líquidos, garantias e, principalmente, seus relatórios contábeis com defasagem máxima de 3 exercícios sociais.

Cada vez mais, a atuação do crédito e cobrança ultrapassa as atividades básicas de avaliação do risco de crédito ou de recuperação de ativos. Contribui também na criação de novos negócios ou potencialização dos já existentes. Isso vai ao encontro do conceito moderno de que todos os departamentos de uma empresa devem participar do desenvolvimento e da maximização da lucratividade do negócio (SIQUEIRA, 2007).

Isso faz com que as empresas estejam mais preocupadas com a evidenciação das informações, quais índices serão extraídos para concessão ou não do crédito.

2.3 EVIDENCIAÇÃO E ACRUALS DISCRICIONÁRIOS

É fato, que a evidenciação contábil hoje, pode ser tornar um grande instrumento gerencial, pois por meio dela, informações valiosas acerca da estrutura e composição patrimonial e de resultado podem ser visualizadas, principalmente em virtude das avaliações em busca de índices que provem que a empresa se encontra em uma satisfatória situação. E até porque hoje a percepção da flexibilidade nas normas e diretrizes contábeis, auxilia no gerenciamento destas informações e na captação de recursos de terceiros.

Conforme Zendersky (2005), a liberdade que a regulamentação confere aos gestores possibilita que as suas decisões sejam tomadas com finalidades específicas, que não a de retratar a situação econômica e financeira da empresa. Isso ocorre porque sob o regime de competência as receitas devem ser registradas no período em que forem realizadas e confrontadas com as despesas incorridas para a sua efetivação, enquanto o fluxo financeiro não ocorre, necessariamente, no mesmo período.

Anteriormente, a ciência contábil era vista e praticada como uma técnica rígida e engessada, baseada em normas, diretrizes, leis. Ainda hoje todos estes regimentos vigoram, mas percebe-se uma flexibilidade no que tange sua aplicação.

O que existe é uma relação da lei e princípios e critérios variados para enriquecer os dados contábeis, possibilitando aos gestores escolherem alternativas coerentes com a situação financeira da empresa. Usando conforme Schipper (1989), as decisões

deliberadas dentro dos limites impostos pelas normas contábeis. É o uso da subjetividade nas decisões de gerenciamento. Distanciando este conceito de fraude contábil, como menciona Martinez (2001):

É crucial entender que “gerenciamento” dos resultados contábeis, não é fraude contábil. Ou seja, opera-se dentro dos limites do que prescreve a legislação contábil. Entretanto nos pontos em que as normas contábeis facultam certa discricionariedade para o gerente, este realiza suas escolhas não em função do que dita a realidade concreta dos negócios, mas em função de outros incentivos, que o levam a desejar reportar um resultado positivo.

Amat e Gowthorpe (2004, p 89) “identifica o gerenciamento de resultados na implicação de alteração do resultado financeiro empregando escolhas contábeis, estimativas e outras práticas permitidas pela regulação contábil”.

Isso permite que ajustes sejam feitos com finalidades próprias, vários estudos contemporâneos trazem em foco este tema, principalmente partindo da pesquisa positivista acerca a contabilidade.

Healy e Wahlen (1999, p.368) consideram que, gerenciamento de resultado ocorre quando os administradores usam julgamento discricionário para manipular as informações financeiras sobre o desempenho da companhia.

Porém nem todos possuem uma visão negativista da prática, Martinez (2001) provocou uma discussão coerente a respeito do Gerenciamento de Resultados, ressaltando sua faceta gerencial as empresas de capital aberto.

Martinez (2001), que se propôs a estudar a aplicação do gerenciamento de resultado especificamente em Cias Abertas, menciona que o Gerenciamento de Resultado é percebido como escolhas discricionárias facultadas aos gerentes pelas normas contábeis, o gestor realiza suas escolhas em virtude dos incentivos que os levam a reportar um resultado.

Rodrigues, Paulo e Carvalho (2005), confirmam que nas pesquisas sobre gerenciamento de resultados baseados em acumulações, existe a necessidade de identificar as acumulações em:

- acumulações discricionárias (*discretionary accruals*) — artificiais e teriam como objetivo somente manipular o resultado contábil;
- acumulações não-discricionárias (*nondiscretionary accruals*) — inerentes às atividades da empresa.

Assim facilitando a pesquisa sobre a atuação do gerenciamento por meio das acumulações discricionárias, permitindo visualizar um “indexador” das informações contábeis.

2.4 RELAÇÕES DE ACUMULAÇÕES DISCRICIONÁRIAS E OS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Diante de um mercado acirrado como o da economia brasileira, escolhas administrativas, visando estratégias para suprir as necessidades de cada empresa, precisam ser bem estruturadas.

As Cias fechadas normalmente possuem um instrumento eficaz para gerir seus resultados, em busca da informação relevante, que os levam a captar mais investidores, atrair acionistas, mostrar uma imagem e situação positiva. O earnings management traz esta ferramenta gerencial aos gestores, desde a suavização dos resultados aos índices de alavancagem operacional, conforme Iudícibus & Lopes (apud COELHO E LOPES, 2007).

Do ponto de vista desta visão oportunística, destaca-se a Hipótese do Grau de Endividamento, pela qual a empresas com maiores alavancagens estão mais propensas a escolher métodos contábeis que provoquem aumentos nos lucros reportados, bem assim as que tenham contratos com cláusulas restritivas baseadas em números contábeis, mais provavelmente poderão incorrer em técnicas que evitem a violação de tais cláusulas.

2.5 MOTIVAÇÕES DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM CIAS. FECHADAS

Analisando as informações a cerca de Cias Fechadas, que apesar de uma grande maioria não possuem a obrigação de publicar seus relatórios. Percebe-se que a dinâmica permanece invariável na sua atuação no mercado. Pois toda a empresa possui como objetivo alavancar o seu nível financeiro-econômico. Pois se faz necessário, além de apresentar rentabilidade, demonstrar segurança nos índices e análises de suas demonstrações.

Principalmente, quando a perspectiva de adquirir um financiamento de instituições externas, para que possa investir em sua atividade econômica, e garantir o retorno destes investimentos. Para isso, parece crucial a tentativa de gerenciar seus resultados. Onde garantam informações relevantes que subsidiem este aval, para o capital de terceiro.

O nível de gerenciamento de resultados contábeis das companhias fechadas brasileiras, tendo em vista estas e outras motivações gerenciais, pode atuar sobre diversos fatores na mensuração e evidenciação contábil, até mesmo para manter o equilíbrio e a concorrência na captação de recursos entre as empresas de Cia. aberta.

Coelho e Lima (2008) propuseram com Martinez (2001) uma pesquisa acerca da relação existente de Cia. aberta e Cia. fechada no que tange o gerenciamento de resultados, enfatizando em sua hipótese que “os resultados contábeis publicados no Brasil sofrem do processo de gerenciamento de seus números, e de que tal comportamento é comum aos dois tipos de sociedades por ação (negociadas em mercado de capital ou não)”.

Conforme Healy e Wahlen (1999) existem várias motivações além do mercado de capitais para as empresas fomentarem o gerenciamento de resultados, um deles está diretamente ligado aos *stakeholders*: e suas cláusulas contratuais, que exigem da empresa demonstrações que demonstrem constância e segurança para seus investimentos, seus créditos, seu emprego.

Segundo Coelho e Lima (2008), reforçando também a ideia de gerenciamento de resultado porém com perspectivas na governança corporativa, no sentido de produzir informação contábil com o objetivo de gerenciar conflitos de agência e assimetria informacional entre os grupos participantes nos interesses da empresa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÃO PARA NOVAS PESQUISAS

Segundo Zendersky (2005) os estudos sobre gerenciamento de resultados podem ser realizados sob duas abordagens distintas, uma que desenvolve a análise pelo fluxo de caixa e outra que analisa os Accruals.

Pretendeu-se neste estudo verificar as aplicações dos accruals como agentes que interferem na situação evidenciada nos demonstrativos contábeis. Isso é mais comum ainda quando se menciona o gerenciamento de resultados sobre uma perspectiva de análise crédito, que voga os ativos e passivos contingentes, a PCLD, o grau de alavancagem operacional os índices de liquidez e estrutura. Todos estes podem ser fonte de averiguação sobre a implementação do gerenciamento de resultado nas empresas de capital fechado ou não.

Inicialmente uma pesquisa bibliográfica foi desenvolvida para manter coerência e fidedignidade com os estudos anteriores, porém pretende-se desenvolver um estudo empírico, investigativo, que proponha uma amostra de empresas advindas de uma instituição financeira, de capital fechado que serão avaliadas, para testar as hipóteses deste trabalho, por meio de um modelo de uma regressão com a finalidade de identificar os accruals discricionários existentes nas informações contábeis. Podendo com o teste robusto especificar as acumulações, se forem existentes.

A análise dos dados parte de um conjunto de empresas que não possuem capital aberto, mas pleiteiam crédito em instituições financeiras, selecionadas como clientes de um banco pertencente a um grupo de sociedade de economia mista.

REFERENCIAS

1. ALMEIDA, José Elias Feres de. Earnings management no Brasil: estudo empírico em indústrias e grupos estratégicos. 2006. 74 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2006.

2. AMAT, O.; GOWTHORPE, C. Creative Accounting: Nature, Incidence and Ethical Issues. **Journal of Economic Literature**, 2004. Disponível em <www.ssrn.com>.
3. BANKTRACK. 07/12/2007 **The Silence of the Banks**. Disponível em www.banktrack.org.
4. CARDOSO, Ricardo Lopes (2004), "Governança Corporativa ou Gerenciamento de Resultados?", **Revista Brasileira de Contabilidade**, 150, pp. 18-37.
5. CARDOSO, Ricardo Lopes (2006), Gerenciamento da Informação Contábil: Evidências Entre Governança Corporativa, Liquidez e Acumulações Discricionárias. **IN: EnANPAD 2006**, Salvador.
6. CARDOSO, Ricardo Lopes; POUERI do Carmo Mário; AQUINO, André Carlos Busanelli de . **Contabilidade gerencial: mensuração, monitoramento e incentivos**. São Paulo: Atlas, 2007, 429 p.
7. COELHO, Antonio Carlos; LIMA, Iran Siqueira. Gerenciamento de resultados contábeis no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e de capital aberto. 2008. **Revista de Administração**, São Paulo, v.44, n.3, p.207-221, jul./ago/set. 2009 207
8. COELHO, Antonio Carlos Dias; LOPES, Alexsandro Broedel. Avaliação da Prática de Gerenciamento de Resultados na Apuração de Lucro por Companhias Abertas Brasileiras conforme seu Grau de Alavancagem Financeira. **RAC**, 2a. Edição Especial 2007: 121-144.
9. FORMIGONI, Henrique; PAULO, Edilson; PEREIRA, Carlos Alberto. Estudo sobre o gerenciamento de resultados contábeis pelas Companhias abertas e fechadas brasileiras.
10. FUJI, A. H. Gerenciamento de Resultados Contábeis no âmbito das Instituições Financeiras Atuantes no Brasil. **Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Autuaria da Faculdade de Economia**, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Controladoria Contabilidade. São Paulo: 2004.
11. GIROUX, G.. **Detecting Earnings Management**. John Willey & Sons Inc. New York. 2004
12. HEALY, Paul M.; WAHLEN, James M. **A review of the earnings management literature and its implications for standard setting**. Accounting Horizons. Sarasota, v. 13, n. 4, p. 365-383, dec. 1999.
13. IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

14. IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
15. LOPES, A. B., **A Informação Contábil e o Mercado de Capitais**. Thomson, 2002.
16. LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: Uma Nova Abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.
17. MARTINEZ, Antonio Lopo. Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. **Tese [Doutorado em Controladoria e Contabilidade]** – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2001.
18. PAULO, Edilson. Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. 2007. **Tese [Doutorado em Controladoria e Contabilidade]** – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2007.
19. SILVA, Fernando Chiqueto da. Impactos na provisão para devedores duvidosos dos bancos europeus listados na Bolsa de Nova Iorque após a adoção das normas internacionais de contabilidade. 2009. **Dissertação [Mestrado em Controladoria e Contabilidade]** – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2009.
20. SIQUEIRA, Denis , Novas atribuições para crédito e cobrança. Extraído de <http://www.creditoecobranca.com/Artigo10.asp>.
21. SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, Fortunée Rechtman, SZUSTER, Fernanda Rechtman; Szuster, Flávia Rechtman. **Contabilidade Geral**. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.
22. ZENDERSKY, Humberto Carlos. **Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil** – 2000 a 2004. Brasília 2005.

Mundo Acadêmico

Apresentação

A revista Mundo Acadêmico publica trabalhos técnicos culturais, científicos e/ou acadêmicos, nas áreas ligadas aos cursos de graduação oferecidos, desde que atenda aos objetivos da Instituição. Admite-se, de preferência, autor pertencente à Faculdade, sem limitar, contudo, as contribuições e intercâmbios externos, julgados pelo Conselho Editorial, de valor para a Revista e, sobretudo, para a sociedade brasileira.

Normas de Publicação

Os originais entregues para publicação deverão ser assinados pelo autor e seguir as seguintes normas:

1 Texto

- 1.1 Os trabalhos devem ser inéditos e submetidos ao Conselho Editorial, para a avaliação e revista de pelo menos, dois de seus membros, cabendo-lhe o direito de publicá-lo ou não;
- 1.2 O texto deve ser apresentado em formato A4 (210x297mm);
- 1.3 Os trabalhos e artigos não devem ultrapassar o total de vinte laudas, em espaçamento normal; resumos de dissertação e monografia, duas laudas e resenhas e/ou relatos, não devem ultrapassar quatro laudas;
- 1.4 O texto deve ser entregue em CD e impresso, sendo composto no editor de texto Word for Windows, com fonte Time New Roman 12;
- 1.5 O trabalho deve apresentar obrigatoriamente:
 - Título;
 - Nome(s) do(s) autor(es)
 - Breve currículo do(s) autor(es), enfocando as atividades mais condizentes com o tema trabalhado;
 - Introdução;
 - Corpo do trabalho;
 - Resultado e/ou conclusões;
 - Referências bibliográficas.

2 Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas deverão ser listadas imediatamente após texto, em ordem alfabética, obedecendo Normas Técnicas.

3 Citações

Qualquer citação no texto deverá ter obrigatoriamente identificação completa da fonte, acrescida da (s) página (s) de onde foi retirada a citação.

Pede-se aos autores

- Seguir rigorosamente o Manual de Normas Técnicas da UNISAM, que se encontra a disposição de todos na Biblioteca e na intranet do site da Instituição;
- Linguagem condizente como produção científica, evitando abreviações, jargões e neologismos desnecessários;
- Objetividade quanto à construção do título do artigo;
- Apresentação do significado de cada sigla que conta do texto na primeira vez em que ocorre.

Considerações Finais

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e o Conselho de Editoração não se responsabilizará pelas opiniões expressadas nos artigos assinados.